

**A ACTIVIDADE CULTURAL EM TAVIRA DURANTE O ESTADO
NOVO: “POLÍTICA DO ESPÍRITO”, PROGRAMA
MUSEOLÓGICO E ASSOCIATIVISMO**

MESTRADO EM GESTÃO CULTURAL (2º CICLO)

MIGUEL ALEXANDRE PERES DOS SANTOS

ALUNO N° 28964

FARO, ABRIL DE 2016

**A ACTIVIDADE CULTURAL EM TAVIRA DURANTE O ESTADO
NOVO: “POLÍTICA DO ESPÍRITO”, PROGRAMA
MUSEOLÓGICO E ASSOCIATIVISMO**

MESTRADO EM GESTÃO CULTURAL (2º CICLO)

MIGUEL ALEXANDRE PERES DOS SANTOS

ALUNO N° 28964

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO PAULO OLIVEIRA

FARO, ABRIL DE 2016

“Cheguei finalmente à vila da minha infância.

Desci do comboio, recordei-me, olhei, vi, comparei.

(...)

Tudo é velho onde fui novo.

(...)

De repente avanço seguro, resolutamente.

Passou roda a minha hesitação

Esta vila da minha infância é afinal uma cidade estrangeira.

(Estou à vontade, como sempre, perante o estranho, o que me não é nada)

Sou forasteiro tourist, tanseunte.

E claro: é isso que sou.

Até em mim, meu Deus, até em mim.”

Álvaro de Campos, *Notas Sobre Tavira* (1931)

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho e a sua realização deve-se em grande parte a todas as pessoas que de uma forma ou de outra, deram a sua colaboração, o seu contributo e o seu incentivo para que ele chegasse até aqui, e às quais quero expressar o meu agradecimento muito sincero.

- Antes de mais gostava de agradecer ao **Professor Doutor António Paulo Oliveira**, incansável orientador desta dissertação;
- Um agradecimento muito especial à **Câmara Municipal de Tavira**, ao seu Presidente **Dr. Jorge Botelho** e aos colaboradores da **Biblioteca Municipal Álvaro de Campos**, **Museu Municipal de Tavira** e **Arquivo Municipal de Tavira**, pelo carinho e colaboração que deram a este projecto e que desde a primeira hora fizeram com que ele fosse possível;
- Com muito carinho agradeço também aos meus **amigos, colegas**, em especial à **Real Tuna Infantil - Tuna Académica Mista da Universidade do Algarve**, que sempre me incentivaram, apoiaram e aconselharam;
- E por fim, um agradecimento muito especial aos mais importantes colaboradores deste trabalho, a minha **família**, em especial aos **meus pais Maria Beatriz e José Amândio**, pelo apoio e pelos incentivos que deram ao longo do meu percurso académico

RESUMO

O presente estudo é resultado de uma investigação centrada na análise da perspectiva do Estado Novo português sobre a vida cultural no concelho de Tavira, pretende-se determinar, também, de que forma a “Política do Espírito” foi concretizada neste espaço geográfico e político, por outro lado, pretende-se esclarecer como as organizações corporativas do Estado e o associativismo local complementaram o ambiente sociocultural local e o seu alcance a nível regional e nacional. A investigação divide-se em duas fases distintas, numa primeira fase, inquire-se sobre a viabilidade e o alcance da política cultural oficial dirigida ao povo, denominada por António Ferro como “Política do Espírito”. Na segunda fase do estudo, procurou-se verificar os contornos culturais do aparelho corporativo do Estado, nomeadamente as Casas do Povo e também dos projectos associativos e culturais da sociedade civil, ou seja, até que ponto a estratégia oficial do regime para a hegemonia cultural não implicaram a existência de projectos alternativos nos vários campos da cultura.

Palavras-Chave: História, Cultura, Artes, Tavira, Estado Novo

RÉSUMÉ

L'étude présentée est le résultat d'une recherche centrée sur l'analyse de la perspective du « Estado Novo » portugais, sur la vie culturelle dans la commune de Tavira. Nous prétendons déterminer, d'une part, de quelle façon la « Politique de l'Esprit » a été concrétisée dans cet espace géographique et politique et, d'autre part, clarifier la façon dont les organisations corporatives de l'état et l'associativisme local ont complétés l'ambiance socioculturelle locale et son atteinte niveau régional et national.

L'étude se divise en deux parties. La première questionne la viabilité et l'atteinte de la politique culturelle officielle dirigée au peuple, dénommée par António Ferro comme « Politique de l'Esprit ».

Dans la deuxième partie de l'étude, nous avons cherché à vérifier les contours cultureux de l'appareil corporatif de l'état, notamment les « maisons du peuples » et également les projets associatifs et cultureux de la société civile, c'est-à-dire, jusqu'à quel point la stratégie officielle du régime pour l'homogénéité culturelle ne sont-elles pas impliquées dans l'existence de projets alternatifs dans les différents champs de la culture.

Mots clés : Histoire, Culture, Arts, Tavira, Estado Novo

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DO ESTADO NOVO	6
1.1 AS ORIGENS DO ESTADO NOVO	7
1.2 AS BASES POLÍTICO IDEOLÓGICAS DO ESTADO NOVO	10
1.2.1 SALAZARISMO E FASCISMO.....	10
1.2.2 UM ESTADO ASSENTE NA DOUTRINA E MORAL CRISTÃ E A RECUSA DO ESTADO TOTALITÁRIO	12
1.2.3 O INTEGRALISMO LUSITANO	13
CAPÍTULO II – A “POLÍTICA DO ESPÍRITO”, PROPAGANDA E A OBRA REGIONALISTA DO ESTADO NOVO: O CASO DO PROGRAMA CULTURAL DE TAVIRA	16
2.1 A “POLÍTICA DO ESPÍRITO”	17
2.2 TAVIRA NOS ANOS 30-40: O AMBIENTE SÓCIO-CULTURAL À ENTRADA DO ESTADO NOVO	20
2.3 O EXECUTIVO MUNICIPAL DE ISIDORO MANUEL PIRES E DR. JOSÉ RAMOS PASSOS: A ESTRATÉGIA CULTURAL E PROPAGANDÍSTICA DO ESTADO NOVO A NÍVEL LOCAL	22
2.4 A INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO HISTÓRICO: AS OBRAS DO REGIME	33

2.5 AS COMEMORAÇÕES DO “DUPLO CENTENÁRIO”	40
2.5.1 A PARTICIPAÇÃO TAVIRENSE NAS COMEMORAÇÕES NACIONAIS E REGIONAIS DO “DUPLO CENTENÁRIO”	44
CAPÍTULO III – O MUSEU MUNICIPAL DE TAVIRA E AS EXPOSIÇÕES DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO	51
3.1 A CRIAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL DE TAVIRA, O EDIFÍCIO E O PROGRAMA MUSEOLÓGICO	52
3.1.1 AS COLECÇÕES E A MUSEOGRAFIA	57
3.2 O MUSEU RURAL DA CASA DO POVO DA CONCEIÇÃO DE TAVIRA	
3.3 AS EXPOSIÇÕES DE ARTE SACRA DE 1950 E 1970	60
CAPÍTULO IV – A ACTIVIDADE CULTURAL E RECREATIVA DA SOCEIDADE TAVIRENSE	65
4.1 A BANDA MUSICAL DE TAVIRA: UMA PRESENÇA CONSTANTE NA VIDA CULTURAL TAVIRENSE	67
4.1.1 1933-1935: MOMENTOS DE INSTABILIDADE E DE CONFLÍTO POLÍTICO	68
4.1.2 1935-1939: A CHEGADA DO MAESTRO HERCULANO ROCHA: O SUCESSO CHEGA FORA DE TAVIRA	71
4.1.3 DA ACADEMIA MUSICAL TAVIRENSE AOS FESTIVAIS DE BANDAS DA FNAT	73
4.2 A ACTIVIDADE CULTURAL DAS “CASAS DO POVO.....	75

4.3 O ASSOCIATIVISMO CULTURAL E RECREATIVO	83
4.4 AS “GRANDIOSAS FESTAS DA MISERICÓRDIA DE TAVIRA”: UM CARTAZ ÚNICO NA REGIÃO DO ALGARVE	87
CONCLUSÃO	91
BIBLIOGRAFIA	95
ANEXOS	107

INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado de uma investigação centrada na análise da perspectiva do Estado Novo português sobre a vida cultural no concelho de Tavira, pretende-se determinar, também, de que forma a “Política do Espírito” foi concretizada neste espaço geográfico e político, por outro lado, pretende-se esclarecer como as organizações corporativas do Estado e o associativismo local complementaram o ambiente sociocultural local e o seu alcance a nível regional e nacional.

Além disso, foi proposto para este estudo um período cronológico que abrange todo esse regime político, iniciando-se em 1933, data da institucionalização do regime através da promulgação da *Constituição Política da República Portuguesa de 1933*, terminando com o golpe de estado que determina o fim do regime, a 25 de Abril de 1974. A grande abrangência cronológica serve para permitir não só confirmar as grandes linhas de força, como detectar as mudanças conjunturais, sem esquecer a fase de institucionalização do regime salazarista.

Este estudo também é importante devido à investigação histórica sobre as práticas e políticas culturais durante o Estado Novo ainda uma área com poucos estudos. Nas últimas duas décadas tem-se registado um crescimento significativo dos estudos nesta área temática, apesar dos mesmos abordarem, por norma, temáticas que oferecem pistas para uma interpretação mais ampla, que representam um contributo imprescindível a ter em conta. Além disso, certos estudos contêm interpretações sobre aspectos concretos da cultura popular, ainda de forma muitas vezes indirecta, uma vez que representam aspectos parcelares de análise orientada para outros objectos, ou seja, o esclarecimento de aspectos ignorados ou, simplesmente, o enquadramento da cultura popular no espaço mais lato da esfera cultural ou institucional.

Neste particular, a menção a esta problemática surge, inequivocamente, firmada no estudo de Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Neste trabalho o autor pretende analisar a evolução, ao longo do século XX, das formas de cultura popular presentes numa comunidade rural, neste caso, São Torcato (Guimarães), e a relação que estabeleceram com as sociedades culturais de âmbito local, por um lado, e com o poder político e institucional dominante (Estado, Igreja Católica, estruturas económico-sociais, etc.), por outro. Apesar de ser um estudo sociológico, não deixa de contemplar uma constante contextualização e reflexão histórica.

Por seu lado, o estudo de Luís Reis Torgal e Amadeu Carvalho Homem sobre a Biblioteca da Casa do Povo de Souselas fornece uma abordagem concreta da política cultural do Estado Novo, no âmbito da organização corporativa. Em termos genéricos, o sistema ideológico do Estado Novo tinha como um dos objectivos primordiais a construção de uma cultura nacional e de uma consciência histórica colectiva. As bibliotecas oficiais, seleccionadas habilmente, revelando um dinamismo impressionante quanto à produção original e existentes numa multiplicidade de locais, eram um dos aparelhos reprodutores da ideologia por excelência, daí que análise da Biblioteca da Casa do Povo de Souselas, permite aceder ao “perfil de cultura popular que o Estado procurava criar” (TORGAL e HOMEM, 1989: 171).

Recentemente, em 2005, foi defendida na Universidade de Évora uma dissertação de mestrado intitulada *O ambiente museológico em Tavira no Estado Novo: Memória, Propaganda e Turismo*, da autoria de Marco Lopes e orientada pelo Prof. Dr. João Carlos Pires Brigola. Ao que foi possível apurar, além de alguns artigos espalhados pelos catálogos das exposições do Museu Municipal de Tavira e pela imprensa regional,

a vida cultural em Tavira, durante o “Estado Novo”, não foi alvo de mais algum estudo científico.

A política cultural e artística do Estado Novo foi, ainda, objecto de estudo, parcial ou sectorial, em trabalhos de José Augusto França, Pedro Teotónio Pereira, Margarida Acciaiuoli, Raquel Pereira Henriques, António Reis e outros. No que diz respeito ao estudo da política cultural desenvolvida pelo SPN/SNI destacam-se dois contributos, o de Jorge Ramos do Ó, *Salazarismo e Cultura* e o de Heloísa Paulo, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e Brasil: O SPN/SNI e o DIP*.

No que se refere a esta investigação, ela divide-se em duas fases distintas, numa primeira fase, inquire-se sobre a viabilidade e o alcance da política cultural oficial dirigida ao povo, denominada por António Ferro como “Política do Espírito”, através de um levantamento o mais abrangente possível do quadro programático local, detectando as propostas culturais do SPN/SNI e da própria autarquia, desde as origens do Estado Novo às comemorações do “Duplo Centenário”, passando pelos programas expositivos do Museu Municipal de Tavira e de outras realizações museográficas, inserindo-as no contexto mais genérico da produção ideológica e das relações entre o aparelho oficial e a sociedade civil. O que se nos revela interessante é estabelecer os contornos dessa política cultural, isto é, delimitar os seus principais pressupostos ideológicos, finalidades, campo de actuação e resultados alcançados.

Na segunda fase do estudo, procurou-se verificar os contornos culturais do aparelho corporativo do Estado, nomeadamente as Casas do Povo, e, também, nos projectos associativos e culturais da sociedade civil, ou seja, até que ponto a estratégia oficial do regime para a hegemonia cultural não implicaram a existência de projectos alternativos nos vários campos da cultura. Nessa ordem de ideias, este estudo visa disponibilizar um

conjunto de dados sobre a história das práticas culturais das estruturas oficiais, sobretudo a acção dos executivos municipais e relacioná-los com a ideologia do “Estado Novo”, em particular com a “Política de Espírito” no seu papel de divulgação da propaganda do regime. Na medida do possível, pretende-se também caracterizar o associativismo, a iniciativa privada, a criação artística local e o papel que desempenharam na sociedade, assim como a tentativa de resistência ao programa estatal e a sua pretensão a uma hegemonia cultural.

A presente investigação teve diversas etapas definidas por uma orientação metodológica simples mas eficaz, a primeira etapa do trabalho consistiu numa recolha bibliográfica, que deverá ser tão exaustiva quanto possível, das obras mais genéricas (relativas ao contexto político, social e cultural da época em causa), e, também, da bibliografia específica relativa à comunidade. Esta recolha de diversas fontes documentais e de arquivo foi realizada na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos (Tavira), Arquivo Municipal de Tavira, Arquivo Distrital de Faro, em Bibliotecas e repositórios científicos digitais e nas Bibliotecas da Universidade do Algarve, procurando assim reunir toda a informação existente sobre o tema.

A pesquisa de arquivo foi orientada essencialmente para consulta de documentação inédita nos diversos arquivos e também em alguns jornais da época, sendo esta uma ferramenta fundamental para compreender a sociedade local e a sua actividade. Em certos casos, o esforço para encontrar documentação não foi bem-sucedido porque, em primeiro lugar, as associações locais e as entidades que sucederam às antigas instituições corporativas do Estado não possuíam arquivos organizados ou a sua documentação foi destruída por falta de cuidado da mesma, e em segundo lugar, os jornais da época, muitas vezes, tratam das questões de forma fragmentada e incompleta.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DO ESTADO NOVO

1.1 AS ORIGENS DO ESTADO NOVO

O golpe militar de 28 de Maio de 1926, que teve como consequência a Ditadura Militar e, por sua vez, o "Estado Novo"¹, não foi na sua essência contra a República, mas sim contra o caminho que ela havia tomado desde a sua instauração em 1910. Os quase dezasseis anos de existência da I República revelaram-se profundamente instáveis a nível político, económico e social, ao ponto de contarmos durante este período com sete eleições gerais para o Parlamento e oito Presidentes da República. No entanto, o mais significativo foram os quarenta e cinco governos das mais variadas formações, alguns nem chegaram a um mês de acção governativa, juntando-se a eles diversos golpes de estado e atentados que colocaram o regime em causa.

Estes acontecimentos levaram a que o idealismo de uma República que se unisse na resolução dos problemas do País, tal como era pretensão dos seus fundadores, se mostrasse dividida por facciosismos e lutas entre os diversos partidos políticos, parecendo ignorar a realidade do interesse nacional e reinando a desordem e a falta de autoridade para por fim à situação. A par destes acontecimentos, a situação económica e financeira do país era cada vez mais preocupante, chegando a estar ameaçada de bancarrota, sobretudo depois da desastrosa participação de Portugal na Primeira Grande Guerra. A agravar a situação, o Partido Democrático era acusado por parte dos seus opositores de exercer uma espécie de ditadura, devido à sua longa permanência no poder após resultados eleitorais duvidosos.

¹ A designação de "Estado Novo", terá sido criada segundo Santos, "por razões ideológicas e propagandísticas, quis assinalar a entrada numa nova era, iniciada pela Revolução Nacional, marcada por uma concepção anti-parlamentar e anti-liberal do Estado", desta forma, o Estado Novo "concluiu o período do liberalismo em Portugal, abrangendo nele não só a Primeira República, como também o Constitucionalismo Monárquico" (SANTOS, 1998: 61)

O longo domínio do Partido Democrático associado à sua intolerância política e religiosa, juntamente com um sistema parlamentar desacreditado, levou a que o mesmo fosse o principal alvo de uma revolução desejada. Diversos golpes de estado e revoltas civis foram levadas a cabo para que o rumo da República pudesse vir a ser alterado. Porém, estes movimentos foram sempre frustrados, levando a que, aos poucos, o regime fosse perdendo o apoio dos seus próprios defensores que, a par de outros grupos de ideologia anti-republicana, como os monárquicos (integralistas e constitucionais), e antidemocrática, (simpatizantes do Sidonismo), aliados a alguns jovens entusiastas do totalitarismo, com o suporte explícito, ou implícito, da Igreja, passaram a sentir que a instauração de uma ditadura era a única solução para a resolução dos problemas do país.

Assim, o principal objectivo do 28 de Maio de 1926 foi, através da acção de uma ditadura que seria provisória e de transição, salvaguardar a ideologia original que levou à instauração da República. Foi, desse modo, confiado ao Exército e às Forças Armadas a indispensável intervenção para que colocasse um termo à República parlamentarista, tendo como principais líderes o General Gomes da Costa, que nesse mesmo dia se revoltou em Braga contando com o apoio do Exército, marchando em seguida em direcção a Lisboa, e o Comandante Mendes Cabeçadas que, ao mesmo tempo em Lisboa, chefiava uma Junta Revolucionária. O Presidente da República, Bernardino Machado, reconhecendo que não podia impedir o movimento, acabou por confiar a Mendes Cabeçadas o encargo de formar novo ministério, renunciando à Presidência no dia 31 de Maio desse ano.

No seguimento dessa ordem de coisas, o Parlamento foi dissolvido em Junho, pretendendo que, após um período de suspensão da actividade constitucional, se pudesse dar início à tarefa de renovação da República. Contudo, a tão desejada ordem

política e administrativa, bem como o retorno do parlamentarismo democrático não se verificou senão em 1974.

Após a tomada do poder por parte do Comandante Mendes Cabeçadas, os problemas começam a surgir. O seu propósito era uma república renovada e uma ditadura meramente transitória, nessa ordem de ideias, continuou a manter relações de proximidade com membros dos antigos partidos republicanos. Esta sua ligação suscita as maiores desconfianças à facção mais conservadora, que, de modo algum, pretendia o retorno ao regime liberal e parlamentar. Assim, o Comandante Mendes Cabeçadas tenta uma política de compromisso que se viria a tornar impossível. No dia 3 de Julho é formado novo Ministério durante a qual, perante as cedências do Comandante Mendes Cabeçadas e as exigências de Gomes da Costa e seus apoiantes, toda a esquerda republicana é afastada. No dia 6 desse mesmo mês, o General entra triunfalmente em Lisboa, consagrando assim o novo Governo.

Foi nesse Ministério que António Oliveira Salazar ocupou, pela primeira vez, a pasta do Ministério das Finanças, no entanto, a sua estadia foi breve. Ao contrário do que se pensa, Salazar era suficientemente conhecido, pois era um membro influente do Centro Católico e tinha sido eleito Deputado em 1921. A sua qualidade como docente de Economia e Finanças na Universidade de Coimbra, as suas obras, palestras e artigos, granjearam-lhe prestígio, ao mesmo tempo que era considerado homem de confiança da extrema-direita e a sua entrada para o Ministério sempre fora muito desejada.

O regresso de António Oliveira Salazar ao Ministério das Finanças dá-se quase dois anos depois, em 27 de Abril de 1928, após uma desastrosa política financeira dos primeiros anos da Ditadura Militar que levou o país quase à bancarrota novamente. Criticada pela sua severidade, a verdade é que a sua política financeira constituiu um

verdadeiro sucesso, conseguindo, para o ano financeiro de 1928/1929, o primeiro orçamento positivo em quinze anos. Foi esta sua política financeira que levou, quatro anos depois, a que, em 5 de Julho de 1932, António Oliveira Salazar se tornasse o novo Chefe de Governo. Mas seria com a entrada em vigor da Constituição, em 11 de Abril de 1933², que o Estado Novo, estaria finalmente consolidado e pronto a dar início à sua actividade, que duraria mais de 40 anos.

1.2 AS BASES POLÍTICO IDEOLÓGICAS DO ESTADO NOVO

1.2.1 SALAZARISMO E FASCISMO

Um dos problemas com o qual os historiadores desta matéria se confrontam é o da definição política de Salazarismo e a execução de semelhante tarefa não é fácil devido à hibridez ideológica, a começar pela própria *Constituição da República Portuguesa de 1933*. Apesar de todas as divergências, não há dúvidas que o regime foi na sua essência “anti-liberal e anti-democrático” (PAULO, 1994: 30), influenciado pelo Integralismo Lusitano, pela doutrina social da igreja e, em alguns aspectos, pelo fascismo italiano, do qual adoptou o modelo de partido único e do corporativismo do estado.

A questão mais recorrente é a de concluir se o Estado Novo seria, ou não, um estado de modelo fascista, há quem o considere um fascismo conservador ou moderado, outros definem-no como nacionalismo autoritário com características fascizantes. O que é certo é que ambos surgem após uma crise económica e liberal proveniente da I Guerra Mundial, os seguidores do regime definem-se como antiliberais, antidemocráticos,

² O *Diário do Governo*, de 11/04/1933, publicou a acta relativa ao apuramento dos resultados do plebiscito nacional sobre a *Constituição da República Portuguesa de 1933*, onde votaram 1 330 258 eleitores que estavam inscritos em Portugal Continental, Açores, Madeira e Colónias. O resultado seria o seguinte: 1 292 864 votos a favor; 6190 votos contra e 30 538 eleitores não intervieram no acto, e as abstenções contaram como votos a favor. (Cf. *Diário do Governo*, 11/04/1933)

antiparlamentares, anticomunistas, autoritários, nacionalistas, corporativistas, defensores de um partido único. A exaltação de glórias passadas, as formações paramilitares como a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa, os seus hinos, tudo lembra o fascismo de Mussolini. A tudo isto podemos juntar a semelhança entre o *Estatuto do Trabalho Nacional* e a "*Carta del Lavoro*", o lema "Nada contra a Nação, tudo pela Nação" e o "Tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado", entre outras semelhanças no que se refere à propaganda.

Se aprofundarmos a análise referida verificamos, também, algumas diferenças. O corporativismo de Salazar não é inspirado no modelo italiano mas sim nas concepções tradicionalistas e católicas do século XIX, a União Nacional é totalmente subordinada ao Estado pois dele emanou, ao passo que o Partido Fascista de Mussolini, é o próprio Estado, tendo-o conquistado (Cf. CRUZ, 1998: 95) Quanto ao Nacionalismo, o italiano era de carácter racista, bélico e expansionista, o português mantinha a vontade de preservação dos seus territórios coloniais, pretendendo a paz e a harmonia entre os povos que habitavam o Império Português.

A União Nacional, por sua vez, não surgiu como órgão de apoio popular do Estado, mas sim para manter a ordem entre as várias facções políticas que apoiavam o Governo de António Oliveira Salazar, que não sentia necessidade de se legitimar através do apoio popular (Cf. REBELO, 1998: 90-91). O fascismo italiano foi um movimento mobilizador, modernista, revolucionário e subversivo da ordem social existente, além de politicamente hostil ao clericalismo e às forças militares conservadoras e tradicionalistas, enquanto o Salazarismo surgiu de uma Ditadura Militar, tendo como base de apoio o Exército e a Igreja, sendo tradicionalista, conservador, reaccionário, pouco dado a grandes agitações populares e voltado essencialmente para o passado e para a sua história. Para finalizar, o Fascismo de Mussolini fazia o culto do irracional,

da violência e do ódio, atitude que Salazar desprezava por preferir a ordem, a tranquilidade, a estabilidade e a segurança, sendo ele uma personagem discreta, pouco à vontade com as multidões (Cf. REBELO, 1998: 77).

1.2.2 UM ESTADO ASSENTE NA DOCTRINA E MORAL CRISTÃ E A RECUSA DO ESTADO TOTALITÁRIO

Algumas das maiores influências doutrinárias do Salazarismo foram sem dúvida as do catolicismo-social e da democracia-cristã, correntes surgidas nos meados do século XIX como oposição ao liberalismo e aos seus princípios. Sendo Salazar um fervoroso crente em Cristo, considerava esses princípios essenciais ao saudável e correcto funcionamento de uma sociedade. Desse modo, os seus fins superiores deveriam ser encarados à luz dos valores cristãos, levando-o a colocar semelhante doutrina moral e ética como fundamento do Estado. Por outro lado, aceitou igualmente o princípio da harmonia entre classes, cujo objectivo seria a concretização do bem comum à Nação, além disso, a importância da família e do seu valor enquanto base da estrutura e união social, todas essas normas convergiriam na célebre trilogia "Deus, Pátria e Família".

Nessa ordem de ideias, o regime do Estado Novo, embora repressivo e autoritário, nunca foi apologista da politização e movimentação de massas, do uso essencial da violência física, da total supressão da liberdade individual, pretendendo somente a sua restrição, nem da definição do Estado. Em vez de um chefe e líder carismático, Salazar pretendia que a sua liderança assumisse um carácter paternalista, autoritário, calmo, mas repressivo quando o considerasse necessário. Por esse motivo, nos seus discursos sempre pretendeu demarcar-se do fascismo e do nazismo, no que se refere aos modos como estes exerciam o seu poder. Para ele a Lei nunca poderia emanar

do Estado nem do seu líder, ao sabor da sua vontade, a sua formação católica não podia reconhecê-lo, a verdadeira justiça e moral nunca poderiam ser definidas pelo Homem nem pelo poder temporal, mas sim provenientes de uma entidade superior divina. A divinização do Estado faria deste regime um governo pagão, expressamente oposto aos objectivos do Estado Novo que pretendia o retorno a uma filosofia cristã do poder. No pensamento salazarista, a moral e a ética sobrepunham-se à política e ao Estado.

Além da recusa da divinização do Estado, o frequente recurso à violência também não foi de modo algum aceite pelo Salazarismo, pois o próprio Salazar pretendia um Estado forte, mas não violento. A violência seria substituída por um eficaz aparelho repressivo e de permanente vigilância, criando na sociedade não propriamente uma aura de terror, mas um permanente clima de medo (Cf. REBELO, 1998: 84-87). O Estado de Direito subordinado ao direito constitucional será, portanto, aquele que melhor considerava enquadrar-se na sociedade portuguesa e a *Constituição de 1933* veio a contemplar este propósito.

1.2.3 O INTEGRALISMO LUSITANO

O Integralismo Lusitano e a sua doutrina, acabaram por penetrar nos meios mais conservadores, marcando assim a sua presença na lista de influências que o Estado Novo viria a herdar e cujos antigos membros, na sua maioria, viriam a colaborar na formação da ideologia do regime. Seriam também os integralistas, de acordo com as normas do regime, a estabelecer uma história "institucional", "oficial", "verdadeira".

O movimento surgiu em 1913-1914 como um movimento doutrinário entre os meios académicos mais reaccionários da Universidade de Coimbra, teve como bases essenciais a doutrina de nacionalistas franceses como Charles Maurras e, ainda, do pensamento contra-revolucionário nacional do século XIX (Cf. CRUZ, 1986: 27-31). O

IL Integralismo Lusitano foi dos poucos a propor uma resposta realmente positiva à Revolução Nacional de 28 de Maio de 1926, ou seja, não se limitando a insurgir contra a República e o sistema parlamentar, antes sendo dotados de um programa previamente estruturado e alternativo. Composto essencialmente por monárquicos e católicos, desde sempre estiveram em oposição à doutrina liberal e aos valores democráticos, bem como ao regime republicano. Além disso, eram apologistas do autoritarismo como forma de exercício do poder governamental, chegando mesmo a aproximar-se dos movimentos nacionalistas e autoritários ocorridos na Itália de Mussolini e na Espanha de Primo de Rivera.

O Estado Liberal era o seu principal alvo, pois os mesmos consideravam que o Liberalismo, contribuía para a desagregação da unidade nacional e a sobreposição dos interesses privados sobre os comuns e nacionais para a degradação da sociedade. O retorno à tradição que estes defendiam como combate à depravação da sociedade nacional seria, em linhas muito básicas, a reposição de uma monarquia orgânica e municipalista, conforme teria sido nos tempos de Fundação da Nacionalidade ou na época de D. João I, onde os valores que ditavam o comportamento e a moral eram os cristãos.

Após esta recuperação da essência de Portugal, da reposição da tradição, poderia passar-se à sua actualização, assim, toda a máquina nacionalista e de nacionalização do novo regime poderia finalmente começar a funcionar, através da união dos interesses e das profissões, todos estariam subordinados ao "poder pátrio" e trabalhariam para a concretização do bem comum, constituindo assim o ideal do "Estado-Nação". Para os Integralistas o Município seria composto pelo conjunto das Famílias e das Profissões (Corporações), sendo que o mesmo é tido como a chave de toda a nova organização

social, económica e política que une todos os indivíduos a um propósito de interesse comum e é no seu conceito que se fundamenta toda a verdadeira ordem nacionalista e a verdadeira liberdade.

Alguns dos membros do Integralismo Lusitano criticaram sempre com veemência o exercício do poder por parte de António Oliveira Salazar, que consideravam absoluto e contra as liberdades de descentralização, defendiam, também, que o Estado Novo tinha corrompido e deturpado, usando em proveito próprio, a sua doutrina. No entanto, a verdade é que vários dos membros deste movimento integraram a União Nacional, desse modo aderindo e apoiando o regime do ponto de vista ideológico e doutrinário.

CAPÍTULO II

A “POLÍTICA DE ESPÍRITO”, PROPAGANDA E A OBRA REGIONALISTA DO ESTADO NOVO: O CASO DO PROGRAMA CULTURAL EM TAVIRA

2.1 A "POLÍTICA DO ESPÍRITO"

Como já se constatou, o Estado Novo como regime político foi fruto de um processo longo, complexo e sinuoso, desde os primeiros tempos da Ditadura Militar até à implantação das novas instituições saídas da *Constituição da República Portuguesa de 1933*. Sob as velhas bandeiras dos discursos político-ideológicos da direita conservadora: "Deus", Pátria, "Família", "Trabalho", agora transformadas em dogmas do Estado Novo, é fácil de calcular que nem tudo seria simples e linear no discurso ideológico para a prática política (Cf. ROSAS, s/d: 292).

À sombra da apologia oficial do ruralismo e do regionalismo, nascia um forte nacionalismo imperial que se fazia sentir através de uma imagem identitária nacional que visava sedimentar uma nova memória colectiva baseada numa leitura diferente da História e num patriotismo exacerbado que, segundo Acciaiuoli, tinha a intenção de "esconjurar" a "desordem" instituída, o "Caos" económico e social e a "perda" de uma identidade aglutinadora (ACCIAIUOLI, 1998:11). Não se pretendia invocar todo o percurso histórico da pátria mas alguns períodos seleccionados, tendo-se desprezado as épocas de decadência. O nacionalismo fundou-se, sobretudo, na veneração dos feitos ancestrais dos heróis transformados em mitos e exigiu a definição do que era verdadeiramente português, eram estes factos a Reconquista, os Descobrimentos, entre outros.

A convicção ou a necessidade dos princípios orientadores do regime não chegavam para a assimilação dos valores culturais dos destinatários, como implicava a pedagogia de forma organizada e imperativa, sobretudo devido às características da população, na sua maior parte analfabeta. Porque, politicamente, "o que parece é", como diria o próprio Salazar, ou seja, politicamente "só existe o que se sabe que existe",

porque a aparência vale pela realidade, era indispensável encenar as grandes certezas e a sua tradução política, elogiar os benefícios da sua concretização, impor estas ideias no espírito de todos e de uma forma total no quotidiano, não o deixando ao livre-arbítrio de cada um, mas tornando-a propaganda do Estado, isto é, debaixo da designação de "Política do Espírito",

Será com este propósito que António Oliveira Salazar cria o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), em Outubro de 1933, como se pode verificar nas próprias palavras do Chefe de Governo, este instituto tinha grandes ambições:

“(…) Grande missão tem por si o Secretariado ainda que lhe toque o que é nacional, por tudo o que é nacional há-de interessar. Elevar o espírito da gente portuguesa no conhecimento do que realmente é e vale, como grupo étnico, como meio cultural, como força de produção, como capacidade civilizadora, como unidade independente no concerto das nações (…)” (SALAZAR, 1967: 26).

Para chefiar o SPN o Chefe de Governo chama António Ferro, escritor e jornalista, que havia adquirido notoriedade com o seu livro sobre a viagem em torno das ditaduras europeias nos anos 20, tendo sido ele que convenceu Salazar de que o povo precisava de espectáculo, mostrando-lhe que tinha um programa e objectivos para a promoção do regime:

“(…) A Política do Espírito, (...) não é apenas necessária, se bem que indispensável em tal aspecto ao prestígio exterior da Nação ela é também necessária ao seu prestígio interior, à sua razão de existir. Um povo que não vê, que não lê, que não ouve, que não vibra, que não saiba a sua vida matinal de deve e haver, torna-se um povo inútil e mal humorado (...) A literatura e a arte são os dois grandes órgãos que precisam de uma afinação constante, que contam nos seus tubos, a essência e a finalidade da criação (...)

Mas que se faça uma Política do Espírito inteligente e constante, consolidando a descoberta dando-lhe altura, significado e eternidade que não se olhe o espírito como uma fantasia, uma ideia vaga mas como uma ideia definida, concreta, uma pequena necessária, como uma arma indispensável para o nosso ressurgimento (...)” (FERRO, 1932: 225-229).

Para António Ferro a propaganda era muito mais do que um serviço de informação pública do Governo, era um investimento do regime na formação das almas a todos os níveis e abrangendo todas as artes. O SPN acabaria por se articular “num gigantesco e muito forte aparelho de propaganda, num vasto complexo político-burocrático de difusão ideológico-burocrática” (ROSAS, 2007: 48), onde se inseriam a FNAT³, o aparelho da educação nacional, a Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa, a OMEN (Obra das Mães pela Educação Nacional), o aparelho corporativo (sindicatos nacionais), as Casas do Povo⁴, etc., cada uma delas com a sua propaganda sectorial e o seu espectáculo, num quotidiano que aspira ver enquadrado no espírito do regime, de acordo com a sua ideologia disciplinadora, “através de uma comunhão que se ensaia em cada gesto público” (ROSAS, s/d: 293).

Era grande o espectáculo político-cultural como evocação do "Império" e dos seus heróis, a reconstrução da história de um país cujo Nacionalismo do Estado Novo permitiria restaurar, após o "século das trevas" do Liberalismo, era este o instrumento legitimador de todas as manifestações artístico-culturais. Podemos considerar a "Exposição do Mundo Português" e as comemorações do "Duplo Centenário",

³ A FNAT é instituída em 1935, inspirada no Movimento "Alegria no Trabalho", onde se inserem o *Kraft Durch Freud* (Nazi) e a *Opera Nazionale Dopo Lavoro* (Fascista), e a sua actividade cultural é orientada para as classes trabalhadoras adultas.

⁴ As Casas do Povo foram instituídas em 1933 e foram definidas como: *Organismos de cooperação social, com personalidade jurídica* (*Diário do Governo*, Decreto-Lei Nº 23051, de 23/09/1933), o seu potencial raio de acção abrangia todas as freguesias rurais de Portugal e visavam fins de previdência e assistência, instrução e progressos locais.

realizadas em 1940, como o período áureo do regime e da sua propaganda. A II Guerra Mundial e o Pós-Guerra trouxeram consigo a primeira crise do Salazarismo e a adaptação aos novos tempos, e essa crise viria a reflectir-se no discurso ideológico e de propaganda e na reorganização do SPN, em 1944, quando o mesmo passa a denominar-se Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), estabelecendo-se como competência específica a seguinte:

“(…) A orientação e estímulo, e a coordenação de todas as actividades que se destinem a elevar o nível moral e intelectual do povo português e a exaltar e valorizar a sua individualidade nacional (…)” (*Diário do Governo*, Decreto-Lei Nº 34134, de 24/11/1944).

Em 1949 dá-se a demissão de António Ferro do SPN/SNI e com ela o fim de uma época no domínio na política cultural e de propaganda do Estado Novo, “de afirmação convicta, desafiador e criativa” (ROSAS, s/d: 295) dos ideais e da vontade triunfante do regime nos anos 30 e início dos anos 40.

2.2 TAVIRA NOS ANOS 30-40: O AMBIENTE SÓCIO-CULTURAL À ENTRADA DO ESTADO NOVO

O Concelho de Tavira, localizado no Sotavento Algarvio, é à entrada dos anos 30 um local atraente, quer pelas suas paisagens naturais, quer pelas suas características patrimoniais, apesar da ausência na sua conservação e sobrevalorização, sendo um facto a dificuldade de documentar qualquer projecto de animação e divulgação cultural até 1937.

As suas áreas rurais e urbanas eram à época caracterizadas pelo grande peso da agricultura e pela extrema ruralidade das suas freguesias, características que dominam

assim o seu sector económico e sociocultural, “embora a empatia tecida com o mar e com o rio ao longo de séculos não se perca” (LOPES, 2005: 7-8), tendo essa forte relação levado ao aparecimento de unidades industriais dedicadas às conservas de peixe, com enormes lucros e acumulação de capitais.

Na região algarvia o regime recém-instalado é bem visto pela generalidade dos órgãos de imprensa locais, em Tavira, esse papel coube ao jornal *Povo Algarvio*, e percebemos pela leitura das suas páginas, da absoluta ligação dos seus redactores, a certos valores ideológicos e culturais do regime, através do constante aviso e apelo constante ao regionalismo por parte dos tavirenses e algarvios e a que estes também não esqueçam os compromissos perante o país.

A nível da gestão política local, as autarquias, por exemplo, têm a comandar os destinos do concelho figuras cuidadosamente escolhidas pelas instâncias governamentais, sendo que os executivos municipais formavam-se ou dissolvem-se sob o consentimento do Estado e o olhar atento dos representantes regionais da União Nacional ou do Governo Civil, Tavira não será excepção.

Na introdução de projectos ou investimentos a levar a efeito no concelho de Tavira, a autonomia da autarquia é praticamente nula e as principais ajudas vinham do Estado, além das formalidades administrativas que tornavam o aparelho estatal uma máquina burocrática pesada fiscalizadora e centralizadora. A abrir a década de 30 as prioridades da autarquia centravam-se no abastecimento público de água, na electrificação da cidade, na instalação de uma rede de esgotos e na melhoria das ruas da cidade e da rede viária do concelho, tendo as actividades culturais resumidas em termos orçamentais a uma Biblioteca Municipal e aos encargos para o seu funcionamento (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Orçamentos, Conta de Gerência e Plano de Actividades*

da Câmara Municipal de Tavira 1934/1935: Orçamento Ordinário de Receita e Despesa da Câmara Municipal de Tavira, Pasta A63). Contudo, apesar das dificuldades económicas, os Tavirenses não deixavam de viver em sociedade, e tinha a sua actividade cultural, apesar da notória separação de classes a que o associativismo estava votado. As actividades culturais impulsionada por uma diversidade de instituições que marcavam os dias e as noites do concelho, como por exemplo o Clube de Tavira, o Ginásio Clube de Tavira, o Clube Recreativo Tavirense ou a Sociedade Orfeónica de Amadores de Música e Teatro, entre os principais dinamizadores.

2.3 O EXECUTIVO MUNICIPAL DE ISIDORO MANUEL PIRES E DR. JOSÉ RAMOS PASSOS: A ESTRATÉGIA CULTURAL E PROPAGANDÍSTICA DO ESTADO NOVO A NÍVEL LOCAL

Embalada na corrente de revisão do passado pela concessão reforçada pelo destaque cultural e patrimonial dos monumentos históricos e bens artísticos, Tavira e a sua autarquia, não foram excepção e vão permanecer atentas à evolução das orientações da “Política de Espírito” e desenvolver a sua própria versão à escala local. O reducionismo cultural e patrimonial a que cada região estava votada, por força das actividades ligadas à etnografia e aos costumes da terra, torna a região algarvia numa agente filiada da “Política de Espírito”, mas também a um ponto de interesse no que se refere à oferta turística. A região torna-se assim numa reprodução, adaptada ao seu território, aos seus equipamentos, ao seu património cultural, da linguagem da propaganda nacional baseada na equação: “regionalismo igual a patriotismo” (LOPES, 2005: 17).

Nos finais da década de trinta, o regime estava na plenitude da sua força ideológica, tendo para isso usufruído numa primeira fase (como em outras regiões e localidades do

país) dos meios de comunicação social regionais para exibirem e partilharem as suas ideias, a cultura e o património histórico eram temas que constavam regularmente dos artigos de opinião. Em Tavira esse papel coube ao Jornal *Povo Algarvio*, percebemos logo pela leitura das suas páginas da absoluta ligação dos seus redactores a certos valores ideológicos e culturais do regime, através do constante aviso ao regionalismo por parte dos tavirenses e algarvios e aos compromissos perante o país.

A origem deste jornal remonta a 1934, um ano após a Constituição do Estado Novo, e acompanhou as suas quatro décadas de duração, conseguiu reunir um prestigiado grupo de colaboradores, entre eles o incomparável jornalista e escritor Tavirense, Manuel Virgínio Pires⁵, reconhecido homem da cultura local deste período. (Cf. MESQUITA, 1989: 484). Através de uma pequena citação do seu artigo de apresentação *Por Tavira, Pelo Algarve*, podemos definir o seu programa e a sua ligação ao regime do Estado Novo e ao corporativismo:

“O "Povo Algarvio", que se apresenta a defender os interesses de Tavira e do seu concelho, não se esquecerá, contudo, de procurar integrar sempre na defesa dos interesses de Tavira dentro da defesa dos interesses do Algarve (...) O "Povo Algarvio", envidará todos os esforços para fugir aos perigos do "localismo", vício terrível e pernicioso, que só tem servido para entorpecer energias e deturpar boas vontades. O "Povo Algarvio", jornal perfeitamente integrado na hora que atravessamos, não podia abstrair-se deste profundo anseio que está dominando todas as nações civilizadas cada uma procurando o mais possível restaurarem que vivemos. Assim o "Povo Algarvio" defenderá aqueles princípios corporativistas que durante, tantos séculos de história

⁵ Manuel Virgínio Pires, poeta e jornalista, nasceu em Tavira em 1909 e faleceu em 1974. Iniciou o seu trabalho no jornal *Povo Algarvio* como redactor principal, editor e mais tarde director. Uma das suas paixões era o teatro tendo integrado vários grupos cénico locais, sendo autor de várias peças originais e algumas de grande sucesso a nível nacional.

brilhante, formaram a base da organização social e económica da vida portuguesa”

(*Povo Algarvio*, Nº 1, 27/05/1934, ANO I, p. 1).

Este discurso tem uma dupla intencionalidade: em primeiro lugar construir ou apelar a uma imagem de união e marca regional, promovendo nos algarvios o orgulho local, motivando-os a que se interessem pelo seu passado e pelas suas memórias históricas, em segundo lugar, ambiciona ligar o espírito regionalista aos conceitos nacionalistas do regime, ou seja, adaptar à realidade regional os principais estratégicos e ideológicos do discurso salazarista. A prova destas intenções é visível no artigo assinado por Paulino do Figueiredo, onde este tenta definir o "regionalismo" como:

“(...) Acendrado amor ao pedacinho de torrão pátrio que nos fora berço ou morada, e que todos nós desejávamos lindo, rico, civilizado, bem administrado tudo para felicidade nossa, incentivo e admiração de vizinho e glória e grandeza da nação (...)”

(*Povo Algarvio*, Nº 140, 31/11/1937, ANO III, p. 1)

Este texto procura ainda afirmar a região como parte integrante e estruturante no mapa político nacional, tendo para isso que contar com o apoio de naturais ou residentes locais para promover a exaltação dos seus valores patrimoniais e históricos, através de instrumentos que representassem essa ideia de identidade local.

Apesar de um qualquer programa de actividades culturais de propaganda regionalista ter de estar atenta ao processo nacional, consideremos a partir de agora duas vias propagandísticas de nível regional: a propaganda regionalista do Estado para a região, feita de cima para baixo, tratadas pelo SPN e União Nacional, e a propaganda da região, construída no local, bairrista, à procura da sua autenticidade e originalidade que tornasse a localidade, única e distinta das outras. Reflexo das experiências

propagandísticas organizadas pelo poder central que marcaram este período, a cidade de Tavira e outros pontos do concelho, que receberiam as influências culturais e ideológicas do Governo de Salazar, foram a passagem de programas educativos e lúdicos que tem a coordenação e produção, na sua maioria, do SPN e constituída para aproximar os valores do regime às várias regiões do país, sobretudo aquelas mais afastadas do centro político.

Por seu lado, ao SPN competia sobretudo “combater por todos os meios ao seu alcance a penetração no nosso país de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unidade e do interesse nacional” (*Povo Algarvio*, Nº 196, 27/02/1938, ANO IV, p. 2). Seria uma espécie de escudo protector das eventuais tentativas de infiltração de ideias diferentes daquelas que o Estado Novo defendia, cuidando e conservando assim o seu programa político, ideológico e cultural, essencial na sua longevidade, “através de manifestações nacionais e festas públicas com intuito educativo ou de propaganda” (*Povo Algarvio*, Nº 196, 27/02/1938, ANO IV, p. 2). As sessões de cinema ambulante, o “Teatro do Povo”, os inventários acerca dos testemunhos etnográficos regionais, os cortejos e romarias, entre outros, corresponderam à “Política de Espírito” sendo os seus principais certames de carácter pedagógico e recreativo, cuja elaboração contemplava obrigatoriamente os ingredientes que a ideologia salazarista ia demarcando: Pátria, História, Tradição, Família e Deus.

Em 1937 uma nova administração municipal toma posse em Tavira⁶, problemas como a “escassez de receitas com que na generalidade lutam as Câmaras Municipais do nosso país” (*Povo Algarvio*, Nº 140, 31/01/1937, ANO III, p. 1), poderiam ensombrar os

⁶ O executivo municipal que havia tomado posse era composto por Isidoro Manuel Pires (Presidente), José Viegas Mansinho (Vice-Presidente), Ramos Passos (Cultura e Turismo), Joaquim Pedro Soares e Sesinando Azinheira (Cf. *Povo Algarvio*, Nº 141, ANO III, p. 1).

primeiros passos deste executivo, mas a escolha desta equipa autárquica simboliza, ao mesmo tempo, o rosto de esperança para a cidade, e “um acto de oportunidade política” (LOPES, 2005: 24), com conluio da delegação regional da União Nacional, com vista a fortalecer a defesa dos valores salazaristas no Algarve.

Neste período, não esqueçamos que em Espanha as forças nacionalistas e internacionalistas se digladiavam, assistia-se também a um momento de viragem no regime, era necessário consolidar e proteger os princípios ideológicos do regime perante as correntes políticas socialistas e comunistas, acalmar alguns focos de descontentamento pelas políticas financeiras e sociais do governo, recorrendo mais intensamente a festas, exposições, sessões de propaganda, entre outros.

Na cerimónia de tomada de posse, a Comissão Administrativa cessante, liderada., por Jorge Ribeiro, justifica o fim da sua gestão municipal “por motivos de circunstancias financeiras (...) em especial no capítulo das águas e electricidade, o primeiro dos quais considera ser absolutamente insolúvel” (*Povo Algarvio*, Nº 140, 31/01/1937, ANO III, p. 2), sendo que as dificuldades da administração cessante, cuja intenção seria atingir um desenvolvimento sustentado no plano social, económico e cultural para a cidade, “por motivo de falta de receitas e encargos de vária espécie” (*Povo Algarvio*, Nº 140, 31/01/1937, ANO III, p. 2), apenas permitiu satisfazer as necessidades mais urgentes, principalmente as de conservação (*Povo Algarvio*, Nº 140, 31/01/1937, ANO III, p. 2).

O novo corpo dirigente municipal, foi determinante na definição de um programa estratégico de desenvolvimento urbano e cultural a partir de 1937, pois estes são homens de confiança da Comissão Concelhia da União Nacional, do seu presidente, Jaime Bento da Silva e do Governo, sendo indiscutível que a partir daqui esta direcção

municipal, representará em Tavira, uma delegação das linhas conceptuais do Governo, e não será de esquecer, que todos os programas e actos que se seguiam no seu programa, são actos de fidelidade ao Estado Novo. As palavras proferidas pelo Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Tavira, na sua tomada de posse são exemplo disso, que a cidade pouco tinha mudado, mas promete a salvação desse estado de atraso⁷.

Em jeito poético, Isidoro Pires⁸ traça o caminho a seguir na resolução dos problemas, prometendo hastear “bem alto a bandeira dos nossos desejos, aonde a lama não conseguiu ainda chegar” (*Povo Algarvio*, Nº 140, 31/01/1937, ANO III, p. 2). Este tipo de discurso não foge ao discurso oficial do Estado Novo que recorre a estratégias de foro ideológico e cultural para convencer a empolgar a população para a fazer colaborar nos vários projectos.

Este período de maior debilidade política, social e económica, que irrompia no país e nas cidades, levava o regime a lançar uma série de actividades, “que se baseava num conjunto de actos culturais ou discursos de acento ideológico nacionalista e passadista” (DO Ó, 1999: 394), que tentava encobrir os pontos mais débeis da acção governativa. As opções passavam por valorizar as características nacionais, desde os tempos da formação da nacionalidade e da projecção internacional do país, figuras como D. Afonso Henriques, D. João I, Infante D. Henrique, Afonso V ou D. João II,

⁷ “Da cidade, o mesmo relógio, Das janelas e portas, das mesmas, tintas. Encontrou a urbe em completa decadência, mas promete com a união de todos os meus colegas de vereação a salvação desse estado de dormência e atraso” (*Povo Algarvio*, Nº 140, 31/01/1937, ANO III, p. 2).

⁸ Isidoro Manuel Pires, poeta e jornalista, nasceu em Tavira em 1894 e faleceu em 1958. Foi por duas vezes Presidente da Câmara Municipal de Tavira, além da sua carreira política, dedicou a sua vida às letras e foi director do jornal *Povo Algarvio*. (Cf. Chagas, 2004: p. 292)

eram apresentados como verdadeiros heróis da História e ícones do progresso da Nação, atingindo o grau de modelo de comportamento social, moral e ético.

A impregnação de umas consciência mistificada e metafórica da Nação e da História avança em direcção à implementação de uma coesão moral e ética, da elevação da auto-estima e orgulho nacional, da institucionalização da "portugalidade" (DO Ó, 1999: 392-395), especialmente da mobilização das massas para a capacidade de concretização e realização dos projectos vitais para o país ou para uma localidade em particular. Inúmeras actividades deste género irão ter lugar no concelho de Tavira, tendo sido o investimento em propostas de animação sociocultural, sobretudo localizadas nas aldeias e vilas portuguesas centros privilegiados para a difusão da mensagem acerca da personalidade do Estado Novo.

As sessões de propaganda através da estrutura de cinema ambulante, foram uma delas e temos conhecimento de duas sessões de cinema ambulante que foram agendadas, para a cidade de Tavira e para a Aldeia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, a pedido do SPN em Novembro de 1937 (Arquivo Municipal de Tavira, *CMT: Correspondência Recebida*, Pasta AC 80, 4/10/1937). Estas localidades iriam receber um cartaz sugestivo, de onde constavam: desenhos animados, a *Torre de Belém*, *Lançamento do Dão*, *Estrada de Peniche*, *Desfile da Legião e Mocidade*, *Carmona e Salazar – Ídolos do Povo* (Arquivo Municipal de Tavira, *CMT: Correspondência Recebida*, Pasta AC 80, 4/10/1937), numa primeira sessão, e terminando com *As Pupilas do Senhor Reitor* de Júlio Dinis⁹.

⁹ Este cartaz deixa transparecer desde logo uma vertente bastante forte de propaganda ao regime. A História e o passado vistos pela "Torre de Belém", as obras públicas e o fomento industrial que mostram o "Lançamento do Dão" e a "Estrada de Peniche", as milícias do Estado Novo, no filme do "Desfile da Legião e Mocidade", as principais figuras nacionais em "Carmona e Salazar", depois a obediência, a autoridade e o imaginário rural, retratados em *As Pupilas do Sr. Reitor*.

Após o pedido formulado pelo SPN à Câmara Municipal de Tavira (CMT) a mesma disponibilizou-se logo a colaborar na realização destes eventos, cabendo à autarquia apenas a autorização para instalar os equipamentos numa praça ou largo, “por forma a que toda a gente possa assistir e ver” (Arquivo Municipal de Tavira, *CMT: Correspondência Recebida*, Pasta AC 80, 4/10/1937), em alternativa aos espaços abertos era pedido a requisição de recintos cobertos “desde que a entrada nesse recinto seja facultada a toda a gente” (Arquivo Municipal de Tavira, *CMT: Correspondência Recebida*, Pasta AC 80, 4/10/1937). Além disso, por questões formais era solicitada a participação de uma figura do poder local¹⁰, que era requisitada para “nalgumas palavras faça à assistência a apresentação do cinema e saiba explicar a intenção do governo ao enviar às populações distantes um cinema ambulante para distrair e educar o povo” (Arquivo Municipal de Tavira, *CMT: Correspondência Recebida*, Pasta AC 80, 4/10/1937).

A CMT apenas sugeriu uma alteração ao programa, que a sessão prevista para Tavira fosse transferida para a localidade serrana de Cachopo, sugestão aceite pelo SPN (Arquivo Municipal de Tavira, *CMT: Correspondência Recebida*, Pasta AC 80, 7/10/1937). Sem que se consiga apurar documentalmente as justificações que levaram a esta sugestão e decisão superior, podemos afirmar que o cenário do analfabetismo dos meios rurais tinham da realidade política e cultural do país, pode ter pesado nesta decisão, pois, como se sabe, são pouco esclarecidas e informadas as populações dos meios rurais e do interior.

No caso do Algarve acompanhavam através do cinema uma “aula” sobre as obras e ideologia do Estado Novo, pois as vantagens comunicativas que a imagem pode

¹⁰ Uma figura da administração local, respeitada e conhecida de todos, tinha não só um efeito dissuasivo face a algum cepticismo ou indiferença dos populares, como ainda se afirmava em agente local de propaganda do regime.

estabelecer com o público, sobretudo a apreensão dos conteúdos e, ainda, a alegria e distração que pode provocar, significam um recurso de propaganda muito útil, foi, precisamente, disso que se serviu o Estado Novo para realizar mais propaganda sobre o regime, tendo transformado o cinema em documento de informação (TORRALBA, 1996: 211-234). Afastados da realidade e dos acontecimentos políticos, da cultura ou da economia nacional, localidades como Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo, também puderam aferir os ideais salazaristas e assimilar a cultura do Estado Novo, a finalidade do projecto moral e mental salazarista de um país coeso e unido estava em marcha.

O "Teatro do Povo" foi também outra das rubricas organizadas no seio do projecto cultural do SPN, tendo-se analisado a composição de um modelo de actuação e interpretação único, este era fundamental pois surgiram divergências entre agentes culturais e os serviços do regime quanto aos conteúdos a apresentar, aliado ao desinteresse dos artistas quanto à ideologia do Estado Novo. Este projecto era essencial, sobretudo, pelo contacto com as povoações afastadas dessas actividades culturais, como acontece nas zonas rurais e interiores (MELO, 2001: 153).

No concelho de Tavira, a exibição teve lugar na freguesia da Luz de Tavira, a companhia que visitou esta freguesia, segundo ofício enviado para a CMT (Arquivo Municipal de Tavira, *CMT: Correspondência Geral Recebida*, Pasta A 268, Nº 867, 3/09/1938), era composta por nove elementos, sete artistas (três mulheres e quatro homens), um ponto, um contra regra e mais sete empregados do pessoal técnico, tendo sido solicitado espaço para a encenação teatral, havendo uma plateia com lugares pagos entre os 5\$00 e 2\$50 (Arquivo Municipal de Tavira, *CMT: Correspondência Geral Recebida*, Pasta A 268, Nº 867, 3/09/1938). Um processo semelhante às sessões de cinema ambulante foi solicitado pelo SPN, ou seja, um representante do executivo

municipal para tecer alguns comentários e explicações sobre a “intenção do governo ao criar e enviar ao povo o teatro do povo” (Arquivo Municipal de Tavira, *CMT: Correspondência Geral Recebida*, Pasta A 268, N° 867, 3/09/1938).

Em 1938 foi lançado o concurso de “Aldeia Mais Portuguesa de Portugal”, que tinha como objectivo o convite a cada região ou concelho do País a formular pesquisas sobre o seu passado, com um duplo objectivo, por um lado, interiorizar a dimensão nacionalista do país e, por outro lado, demarcar com um sentimento orgulhoso os traços históricos e etnográficos de cada região. Tratava-se de “um programa de animação cultural que lutava pelo reavivar do mundo e folclórico e etnográfico nacional, onde focava o povo como objecto e saudava o vencedor com o “Galo de Prata”, símbolo do trabalho” (PAULO, 1994: 111). Este concurso é sintomático da tentativa de aproximação do SPN entre o mundo rural e o modelo de “povo religioso”¹¹, da imagem do tipo de ser e de sentir português, ou seja, o campo e as suas gentes abrem outra perspectiva de propaganda nacional, exemplo da vida e de costumes que deveriam ser absorvidos pelo meio urbano. Quando a autarquia tavirense é confrontada com a divulgação deste concurso, depressa indica a aldeia da Luz de Tavira como representante do concelho, na tentativa de ser premiada como a localidade que melhor sintetiza o espírito nacionalista e a cultura popular (Arquivo Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida, 1º Trimestre de 1938*, Pasta A176, N° 214/C, 29/0/1938).

Numa edição especial do *Povo Algarvio*, para marcar o décimo segundo aniversário da “Revolução Nacional” (28 de Maio de 1938), são publicadas duas entrevistas com o Presidente da Câmara Municipal de Tavira CMT, Isidoro Manuel

¹¹ António Ferro definia um povo religioso como “aquele que não se importava de sofrer desde que a grandeza exterior ou interior permanecesse intocável” (PAULO, 1994: 105).

Pires e com José Ramos Passos, vereador com os pelouros da Cultura e Turismo. Embora se verifique pouco diálogo entre os jornalistas e as duas principais figuras do executivo autárquico, estas não deixam de ser esclarecedoras, quanto ao projecto político posto em marcha, os seus objectivos e as obras que se seguirão, mais concretamente no que se refere aos serviços e equipamentos que se entendem essenciais à qualificação social, económica e cultural da cidade, influenciados pelo programa político e ideológico do Estado Novo.

No plano de intervenção cultural verifica-se o que o município quer para a cidade: criação de “um Museu Municipal, pedindo às instâncias superiores os poderes necessários para a reparação de obras de arte e reconstrução do Castelo de Tavira” que havia sido adquirido pela CMT (*Povo Algarvio*, Nº 209, 28/05/1938, ANO V, p. 3) e “restauro da Igreja de São Sebastião e auxiliando na realização de festas tradicionais, organizando a festa de 11 de Junho” (*Povo Algarvio*, Nº 209, 28/05/1938, ANO V, p. 3).

Durante a entrevista a José Ramos Passos, o qual o *Povo Algarvio* considera que é uma “pessoa que desde que foi para a Câmara Municipal, tem dado o melhor do seu esforço no cumprimento do seu cargo que tão dignamente exerce” (*Povo Algarvio*, Nº 209, 28/05/1938, ANO V, P. 3), ficamos a saber de outras iniciativas culturais e turísticas destinadas à cidade, assim como os respectivos objectivos e o estado da situação. Na entrevista José Ramos Passos caracteriza cada uma das obras culturais em curso na cidade de Tavira, a começar pela nova Biblioteca Municipal que seria instalada no primeiro piso das salas anexas à Igreja da Misericórdia, segundo o vereador a CMT iria adquirir colecções bibliográficas de “escritores contemporâneos dos quais poucos ou nada exista” (*Povo Algarvio*, Nº 209, 28/05/1938, ANO V, p. 3), que se juntariam a

outras colecções, prometendo a sua abertura logo a seguir à conclusão do trabalho de catalogação, acondicionamento e organização de espécies documentais. Nas salas do piso térreo da Biblioteca iria ficar alojado o Museu Municipal.

Quase a finalizar o diálogo o autarca resume aquilo que considera ser as características mais importantes do plano estratégico cultural a por em prática, isto é, fomentar a partir de um conjunto de ofertas culturais e turísticas, como sessões cinematográficas ao ar livre, festas e momentos de diversão, sobretudo para o Parque do Palácio da Galeria. Outra das suas propostas é a aposta turística para a cidade, através da visita aos monumentos históricos mais significativos, devidamente recuperados e classificados.

2.4 A INTREVENÇÃO NO PATRIMÓNIO HISTÓRICO: AS OBRAS DO REGIME

Estávamos em 1939 nas vésperas das comemorações do “Duplo Centenário” e ao executivo camarário tavirense não havia dúvidas das obras culturais que a cidade necessitaria. Acompanhado de um jornalista do periódico nacional *O Século*, o Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Isidoro Pires, descreveu o que a autarquia tinha apostado para a valorização e projecção da imagem urbana da cidade e do concelho, como referência turística regional e, poderíamos acrescentar, como referência da divulgação do património histórico como símbolo dos valores propagandísticos do Estado Novo.

Ao exaltar as qualidades do representante máximo do município, o *Povo Algarvio* que acompanhou a entrevista, explicita a acção política traçada antes e a partir de Isidoro Pires:

“(…) o que eram o Ribeirinho e a Corredora antes da sua passagem pela Câmara e o que são hoje (…) O que eram a Galeria e o Alto de Santa Maria e aquilo que se estão a transformar? (…) os seus antecessores preocupados com os problemas da política mesquinha, toda feita de ódios e paixões, não podiam dedicar a sua atenção aos assuntos de interesse nacional (…)” (*Povo Algarvio*, Nº 254, 9/04/1939, ANO V, p. 1)

Voltando à entrevista, propõe o autarca que se constatem os projectos que se desenrolam na cidade e outros que se compromete a realizar. Apresenta o programa cultural para a cidade numa visita ao centro histórico, não deixando de referenciar os seus pontos de interesse, demonstrando que aproveita a excelente oportunidade de promoção, pois trata-se de um órgão de imprensa de expressão nacional.

O itinerário que o autarca preparou para o jornalista de *O Século* era aquele que se pretendia replicar para um turista ou um amador local. No papel de guia, Isidoro Manuel Pires, começa a visita na Porta D. Manuel I e na Igreja da Misericórdia, que referencia como candidatos a “Monumento Nacional”, e aproveita para lembrar o programa oficial local dedicado às comemorações do “Duplo Centenário”, tendo no “cortejo ao túmulo de D. Paio Peres Correia, o conquistador do Algarve (…)” (*Povo Algarvio*, Nº 254, 9/04/1939, ANO V, p. 1), o seu ponto mais alto.

No que se refere à conservação de edifícios históricos, religiosos e civis iam sendo feitos progressos, enquanto se discutiam processos de classificação dos mesmos. Concentrada no plano de valorização do património histórico para o centro da cidade, a autarquia procura dar a imagem autêntica do passado, usando desde os restauros da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) até às pequenas obras de beneficiação. A pretensão em contar com a presença de responsáveis da DGEMN na cidade com intuito de “aconselhar a Câmara sobre as obras a realizar”

(*Povo Algarvio*, Nº 143, 21/02/1937, ANO III, p. 1), revela bem o interesse em aderir aos programas de intervenção patrimonial em curso no país.

Convém salientar que, desde Março de 1937, começa a receber “reparações na parte exterior” (*Povo Algarvio*, Nº 149, 4/04/1937, ANO III, p. 2) a Ermida de São Sebastião. Sem serventia no culto religioso, a Ermida tinha entrado numa fase de degradação física exterior e interior, imagem pouco digna para o património religioso local. O projecto da autarquia para este edifício passava por manter o espaço “aberto ao público”, sem o “transformar em museu” (*Povo Algarvio*, Nº 151, 18/04/1937, ANO III, p. 1), uma vez que para isso “nunca poderia servir, abstraindo já se sabe, de facto de se tratar duma igreja” (*Povo Algarvio*, Nº 151, 18/04/1937, ANO III, p. 1). Assim sendo, a Ermida de São Sebastião passa a estar acessível ao público após os trabalhos de restauro da mesma. A conclusão da obra estava previsto para o final de Outubro de 1937, quando se completavam os trabalhos de “modificação do pavimento da sacristia e (...) pintura da referida talha” (*Povo Algarvio*, Nº 173, 10/10/1937, ANO III, p. 2), como aconteceu.

Por sua vez, o Palácio da Galeria, um dos mais imponentes edifícios civis da cidade, que estava a contas com uma "mancha escura" que ocupava a fachada, receberia uma caiação alterando a sua imagem de degradação. O seu aspecto renovado, segundo o *Jornal Povo Algarvio*, permitia “admirar as belezas ao seu estilo, as suas magnificas cantarias” (*Povo Algarvio*, Nº 228, 9/10/1938, ANO V, p. 2).

No que respeita ao Castelo Medieval restava pouca coisa, o estado de conservação deste equipamento terá sido agravado com a derrocada de uma extensão de 20 metros de muralha (Cf. *Povo Algarvio*, Nº 205, 1/05/1938, ANO IV, p. 2), mas a sua panorâmica singular que se abre sobre a cidade, reunia elevadas potencialidades turísticas. Do projecto de requalificação, que foi efectuado, fizeram parte o ajardinamento da área intra-muralhas e o restauro, em harmonia “com as indicações da

Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais, de muralhas em ruínas” (*Povo Algarvio*, Nº 205, 1/05/1938, ANO IV, p. 2).

Quer o Castelo Medieval, quer a Igreja da Misericórdia, potenciais aspirantes a símbolos nacionais, numa operação de charme conduzida pela autarquia, são apresentados ao “Sr. Engenheiro Baltazar de Castro, da Dir. de Monumentos Nacionaes, que ficou encantado com o que teve tempo para vêr, prometendo voltar e então com mais vagar” (*Povo Algarvio*, Nº 208, 22/05/1938, ANO IV, p. 1).

Algum tempo antes, já a CMT manifestara à DGEMN o desejo de ver em Tavira alguns responsáveis técnicos desse instituto para visitar o que restava do Castelo, com o objectivo de se aconselhar acerca do plano de recuperação mais acertado para este espaço: conservação das ruínas das muralhas pelo restauro integral, ou a construção de um miradouro (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida*, 1º Trimestre 1937, Pasta A175, Nº 78, 15/02/1937).

Mais tarde é aceite o pedido de deslocação da DGEMN após alguma insistência exercida pela autarquia taviense, tais como: contactos da autarquia a partir de 1937 propondo a visita dos responsáveis daquela entidade a um dos principais núcleos do património monumental da Cidade de Tavira, deixavam a indicação de uma candidatura deste edifício a "Monumento Nacional" (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida*, 1º Trimestre 1937, Pasta A175, Nº 145, 19/02/1937). No que se refere ao processo de classificação, não sobram dúvidas que “os restos de muralhas, especialmente o chamado Alto de São João e a Egreja da Misericórdia, exemplar perfeito da Renascença, sejam conhecidos muito em breve por monumentos nacionaes” (*Povo Algarvio*, Nº 208, ANO IV, 22/05/1938).

A deliberação final sobre a classificação de qualquer monumento exigia que se cumprissem alguns pontos legais, correspondendo um deles, talvez o principal, à memória descritiva sobre o valor histórico e artístico do monumento, o que sucedeu com o Castelo de Tavira e a Igreja da Misericórdia, para este trabalho a DGEMN recomendou o trabalho de José Formosinho¹² caso precisassem de esclarecimentos sobre o assunto. O objectivo da autarquia era ultrapassar o mais rapidamente possível toda a burocracia inerente ao processo de classificação, para respeitar o plano de projectos que tinha sido elaborado para ser inaugurado por alturas das comemorações do "Duplo Centenário", mas também para promover em tempo útil a candidatura aos financiamentos do Estado para a recuperação dos monumentos históricos.

À medida que o tempo ia passando, a pressão da CMT sobre a DGEMN aumentava, pois conforme verificamos na correspondência expedida, existiu um regular contacto com aquela entidade, estabelecendo uma postura diplomática mais ofensiva e vigilante sobre os processos de classificação dos monumentos. A visita do Arquitecto Director da DGEMN, Baltazar da Silva Castro¹³, a Tavira nos primeiros dias de Maio de 1938, "aproveitando a viagem ao Sul" (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida, 2º Trimestre 1938*, Pasta A176, Nº 329/C,

¹² José Formosinho representava no Algarve uma referência no plano da cultura e no estudo do património histórico e artístico. Nasceu em Lagos, em 1888, formou-se em Direito, e exerceu o cargo de notário, primeiro em Portimão depois na sua cidade. É como arqueólogo e museólogo que ficou conhecido, devendo-se a ele a criação do Museu Regional de Lagos e a publicação de diversos estudos sobre História e Arqueologia. Organizou várias exposições e foi responsável por várias escavações arqueológicas no Algarve.

¹³ Baltazar da Silva Castro é uma figura importante da DGEMN, na época em que passa por Tavira para decidir o plano de restauro do Castelo. Possuía uma ampla formação na área artística e a sua carreira na DGEMN começou nos serviços do Norte, demonstrando uma imensa actividade de intervenção em Património Medieval. Chega em 1936 à direcção da DGEMN e em 1938 recebe uma bolsa do Instituto da Alta Cultura para observar, principalmente em Espanha e França, exemplos de restauro na arquitectura militar medieval, retirando alguma informação para as intervenções nos castelos portugueses no ano da comemoração do "Duplo Centenário".

19/05/1938), motiva a autarquia a reforçar daí em diante a legitimidade patrimonial anteriormente confiada à candidatura a "Monumento Nacional".

No que respeita ao pedido não houve qualquer resposta até Junho de 1938, a CMT repete formalmente a solicitação, informando desta vez que a autarquia iria dar início a um levantamento arquitectónico do Castelo (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida, 2º Trimestre*, Pasta A176, Nº 415/C, 27/06/1938), mas as tentativas de aprovação destas candidaturas arrastam-se interminavelmente sem qualquer resultado (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida, 3º Trimestre*, Pasta A176, Nº 549/C, 1/09/1938).

Depois das intermináveis tentativas, a CMT recebe a recompensa do seus esforços e da sua persistência, quando o sector dirigente da DGEMN insiste com a sua delegação regional de Évora, para apresentar um “relatório para propor a classificação como monumento nacional o castelo e a Igreja da Misericórdia da cidade” (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Recebida*, Pasta A269, Nº 944, 21 de Outubro de 1938), tendo chegado este documento a este instituto em Novembro de 1938, substanciado pela visita que o director da 3ª Secção da DGEMN, na companhia do Presidente da CMT e do Vereador da Cultura e Turismo, efectuou ao Centro Histórico (Cf. *Povo Algarvio*, Nº 231, ANO V, 30/10/1938, p. 1) aos quais se juntam as fotografias, plantas e os processos de classificação que haviam já sido enviados em Dezembro de 1938 (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Recebida, 1º Trimestre*, Pasta A178, Nº 202/C, 16/03/1939).

No ano de 1939 a CMT repete os pedidos de classificação (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida, 1º Trimestre*, Pasta A178, Nº 202/C, 16/03/1939), consciente dos curtos prazos disponíveis para se candidatar aos

pedidos de financiamento para o património edificado e de preparo para as comemorações do "Duplo Centenário" em que Tavira se envolveu. Em Março de 1939, a despacho da Junta Nacional de Educação, é anunciado o parecer final. Neste texto, mais uma vez, o valor histórico do monumento é sublinhado justificando a sua eleição, em função do "seu valor artístico".

Desprovida da mesma carga simbólica em torno da história nacional e dos momentos altos da personalidade do "ser português", a Igreja da Misericórdia, elogiada pelo seu "valor arqueológico e artístico", contenta-se com a classificação de "Imóvel de Interesse Público".

O recurso ao Património Cultural como instrumento de propaganda ideológica do Estado Novo vem provar que afinal a sua obra não "abrange só o progresso material mas também o campo espiritual, a Política de Espírito a que António Ferro se referiu nas suas entrevistas com o Chefe de Governo" (*Povo Algarvio*, Nº 208, ANO IV, 22/05/1938, p. 1).

No seguimento do processo anteriormente descrito, comunica-se, em Abril de 1940, que as obras de restauro da Alcáçova do Castelo de Tavira têm início em breve, através do suporte financeiro de 35.000\$00 proveniente do Fundo do Desemprego. Visitaram, ainda em Abril, o Castelo de Tavira dois técnicos da DGEMN, que ultimam o plano de intervenção de restauro, sob a companhia de Isidoro Manuel Pires e de Ramos Passos (Cf. *Povo Algarvio*, Nº 304, ANO IV, 21/04/1940, p. 2).

Em simultâneo com a atmosfera cultural e patrimonial intervencionista do Estado Novo um momento alto para vida cultural da cidade se apresenta: a deliberação camarária em criar um museu em Tavira, com o apoio de empregados da secretaria, que

“percorrerão a cidade, a fim de obterem objectos de arte e objectos antigos para aquele fim” (*Povo Algarvio*, Nº 149, ANO III, 4/04/1937, p. 2).

2.5 AS COMEMORAÇÕES DO "DUPLO CENTENÁRIO"

A utilidade social da história teve uma das suas mais marcantes expressões no recurso a formas ruralistas de evocar o passado, tendo em vista criar representações simbólicas que funcionassem como lições vivas de memorização e, entre estas, as mais significativas e mais trabalhadas foram as comemorações (Cf. CATROGA, 1996: 547). Apesar da sua intenção da procura de consensos, as comemorações não conseguiriam ficar imunes à luta pela hegemonização do poder simbólico, condição essencial da radicalização do poder. As comemorações cívicas foram criadas como manifestações simbólicas em que se reafirmava a continuidade histórica dos povos e da humanidade e a sua importância social exigia que fosse elevada a uma articulação entre passado, presente e futuro.

A Revolução Francesa tomou desde logo consciência que estas só seriam mobilizadoras se fossem completadas como um rito religioso, daí que a importância de ritualizar a inovação do passado e de o seleccionar com os interesses do presente. Os mais espectaculares exemplos tiveram a intenção de provocar entusiasmos revivescentes e regeneradores contra os sentimentos decadentistas, em nome de sonhos de grandeza que pretendiam obliterar as pretensões das grandes potências sob o que restava do Império Português.

A maioria dos historiadores considera o período em que o Estado Novo atingiu o seu ponto mais alto foi entre 1930 e 1940, nesse sentido, uma das mais importantes manifestações foram as comemorações do "Duplo Centenário" (8º Centenário da Fundação da Nacionalidade e 3º Centenário da Restauração da Independência), que

foram pensadas para serem a apoteose do regime, tendo constituído uma gigantesca iniciativa político-cultural.

Como se sabe, o salazarismo prosseguiu os objectivos característicos da evolução historicista do passado, em termos comemorativos são os evocadores que se comemoram a si mesmo, aqui não é excepção. O Estado Novo foi responsável pela recuperação e pela reactualização dos actos comemorativos do século XIX, que contestavam a decadência do presente e prometiam que a regeneração ainda era possível¹⁴. No discurso do regime salazarista, esta viagem pela história serviu para anunciar que esse estádio estava ultrapassado, e que o "ressurgimento nacional" já tinha começado (Cf. CATROGA, 1996: 582)

A evocação das datas da fundação e da restauração da independência oferecia um bom pretexto para o desenho da imagem que o regime pretendia consolidar de si mesmo, como diria António Ferro na sua celebre "Carta Aberta aos Portugueses de 1940". As datas de 1140, 1640 e 1940 simbolizavam os três anos sagrados da nossa história "o ano do nascimento, o ano do renascimento e o ano apoteótico do ressurgimento" (ACCIAIUOLI, 1991: 135).

Feito o desafio, havendo um motivo mobilizador e pouco controverso e existindo alguma experiencia de manifestações semelhantes, pode dizer-se que faltava o apoio político para uma ideia que já vinha desde 1924. Este apoio acontece a 27 de Março de 1938, através de uma nota oficiosa do Chefe de Governo, que anunciava as comemorações do "Duplo Centenário", que deveriam ter lugar em 1940, mesmo que para isso se tivesse de adiar o ano de comemoração da Fundação da Nacionalidade (1139):

¹⁴ Como exemplo deste tipo de actos comemorativos podemos destacar o jubileu camoniano de 1880.

“(…) Entendeu-se que seria bom celebrar solenemente nos próximos dois anos as referidas datas (1140 e 1640), fundidas no mesmo significado de independência nacional e constituindo, portanto, um ciclo único de comemorações festivas. Seria primeiro dar ao povo português um tónico de alegria e confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos de história do mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência (...) Por um e outro modo demonstrados com a clareza da evidência aos nossos próprios olhos de estranhos que Portugal, Nação civilizadora, não findou e sempre continuou pelo contrário, a sua missão no Mundo (...)” (TEIXEIRA, 2012: 55-56)

Com esta tomada de posição, o Estado Novo introduziu uma novidade, enquanto que os actos comemorativos anteriores nasceriam do activismo de grupos de cidadãos, de associações culturais, de municípios, que posteriormente se juntavam ou não o apoio governamental, agora a iniciativa surgia do próprio Chefe de Governo assim como a definição de todo o programa e os objectivos a serem alcançados.

Como aconteceu em todas as celebrações cívicas, também o "Duplo Centenário" tinha como meta, a nível interno, reforçar o consenso nacional, cada vez mais necessário sobretudo devido às repercussões da Guerra Civil de Espanha, que tinha começado em 1936, e no campo externo afirmar uma nova imagem de Portugal e do seu Império. Enquanto que as comemorações anteriores assumiam a decadência e reivindicavam os nossos direitos históricos, as celebrações de 1940 teriam outro carácter, numa conjuntura internacional que se julgava favorável aos valores do regime (Cf. CATROGA, 1996: 587). O que estava em causa era a realização de um espectáculo cívico capaz de convencer que era real a ilusão que representava a grandeza do Império

Português, mas Salazar não queria que as comemorações se esgotassem no cariz festivo, a parte popular também deveria ser contemplada com exposições e congressos.

O programa geral das comemorações foi coordenado por Júlio Dantas (Presidente), António Ferro (Secretário-Geral) e Augusto de Castro (Comissário-Geral da Exposição do Mundo Português) (*Diário do Governo*, Decreto-Lei Nº 27087, 1940) e em termos concretos, as celebrações decorreram entre 2 de Junho e 2 de Dezembro de 1940, as suas iniciativas foram ordenadas para simbolizarem três épocas: Medieval, Imperial e Brigantina. A Fundação da Nacionalidade e a Restauração da Independência deviam ser exaltadas como momentos matriciais, que só ganham verdadeiro significado à luz da construção do Império (Cf. CATROGA, 1996: 589).

Nesta estratégia cabia à "Época Medieval" assinalar por ordem cronológica das iniciativas, entre 2 a 15 de Junho, a progressão geográfica da Reconquista, a celebração da "Época Imperial" decorreu entre 23 de Junho e 14 de Julho de 1940, seguindo-se a fase que a Comissão Executiva denominou "Período Intercalar Correspondente a Férias", entre 10 de Agosto e 30 de Outubro e finalmente a "Época Brigantina", entre 10 de Novembro e 2 de Dezembro. O encerramento oficial das comemorações do "Duplo Centenário", a 2 de Dezembro, realizaram-se na Câmara Municipal de Lisboa, em sessão presidida pelo Presidente da República Carmona, à mesma hora que em todas as Câmaras Municipais e Embaixadas portuguesas, se procediam a sessões solenes. Comparando com todas as comemorações desde 1880, nunca até então se tinha alcançado esta grandiosidade (Cf. CATROGA, 1996: 592). O "Duplo Centenário", foi um espectáculo ideologicamente planificado e a consagração do regime e do seu sonho imperial foi sempre, implicitamente ou explicitamente, o que o guiou nas suas mais variadas manifestações.

2.5.1 A PARTICIPAÇÃO TAVIRENSE NAS COMEMORAÇÕES NACIONAIS E REGIONAIS DO "DUPLO CENTENÁRIO"

Os fins políticos e doutrinários são notórios logo na Exposição Documentaria do I Congresso da União Nacional, em 1934, ou na comemoração do X Ano da "Revolução Nacional", em 1936. As Exposições Internacionais de Paris em 1937 e de Nova Iorque e São Francisco em 1939, pretenderam projectar internacionalmente a imagem do Estado Novo, do seu ideário e das suas potencialidades turísticas, procurando dessa forma dar uma imagem sólida e coerente em relação aos seus princípios. Nos regimes autoritários europeus em vigor nas décadas de 30 e 40, entre eles Portugal, a exposição assumia-se como uma marca do regime, um instrumento de propaganda e da consolidação da mensagem política e ideológica (Cf. ACCIAIUOLI, 1998: 15-17).

Tudo indica que em Fevereiro de 1939 se iniciaram os preparativos desta comemoração (Cf. *Povo Algarvio*, Nº 246, ANO V, 12/02/1939, p. 3), nas palavras de António Oliveira Salazar, estas comemorações serviriam para “dar ao povo português um tónico de alegria e confiança em si próprio através da evocação de oito séculos de história, que foram simultaneamente oito séculos da história do mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência” (*Povo Algarvio*, Nº 201, ANO IV, 3/04/1938, p. 1). Todo o povo, como Salazar o sublinha, está identificado como principal destinatário da festa, o público da mensagem do Estado Novo. Estas festas, tratando-se de uma “grande festa da família, não interessa só à capital; a província, as ilhas, todos os domínios terão de participar nela” (*Povo Algarvio*, Nº 201, ANO IV, 3/04/1938, p. 1). Deste evento a nível nacional, será o Património Cultural o maior beneficiado, desde as obras de restauro em monumentos históricos, projectos de obras públicas nas cidades, ou a promoção de exposições, de onde se destaca a Exposição do

Mundo Português, realizada em Lisboa e na qual o município de Tavira marcou, de uma certa forma, a sua presença¹⁵.

Ficou entregue ao Pavilhão de Honra o acto inaugural desta exposição, o seu interior era decorado essencialmente por bandeiras de todos os municípios portugueses, enviadas a pedido da Comissão Organizadora dos Centenários. A bandeira tavirense seria recebida a 15 de Junho de 1940, após várias insistências dos responsáveis pela Exposição do Mundo Português, sendo o último pedido para a obter sido realizada dias antes das exposição se iniciar¹⁶, no sentido de a juntar a um lote significativo no Pavilhão da Honra (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Correspondência Recebida*, Pasta A272, L. 4, N° 212, 23/01/1940; *Correspondência Recebida*, Pasta A272, L. 4, N° 1228, 13/06/1940; *Correspondência Recebida*, Pasta A272, L. 4, N° 1260, 19/06/1940). Simbolicamente, estava reunido nesse edifício todo o país, ou interpretado de outra forma, esse espaço funcionava como base de concentração e união do país no ponto geográfico e político central do império português, Lisboa¹⁷.

Convém sublinhar que a dimensão simbólica que a bandeira detinha no imaginário e na visão de um país sólido e uno era de tal forma importante que a CMT (assim como as outras autarquias) recebe do Comissariado Geral da Exposição Histórica do Mundo Português um pedido de autorização para oferecer a bandeira do município. Pretendia-se utilizar a mesma no Estádio Nacional “não só em todas as festas de carácter desportivo, como em outras festas públicas que em Lisboa se realizarem”

¹⁵ Ver ANEXO I

¹⁶ Ver ANEXO II, III, IV

¹⁷ Na Exposição do Mundo Português cada um dos pavilhões reflecte a presença de uma mistura entre o gosto modernista e as influências dos símbolos artísticos e arquitectónicos nacionais. Individualmente, eles exploram as ideias fulcrais da mentalidade e da cultura salazarista, numa vertente sectorial e repartida: a fundação, a independência, os descobrimentos, a colonização, o império, as principais metrópoles do país, a etnografia (Cf. SANTOS, 1994: 205)

(Arquivo Municipal de Tavira, *Actas da CMT*, 17/11/1938 a 20/09/1941, Sessão de 5/02/1941, Fl. 154-155).

As celebrações "centenárias" não se limitaram aos grandes centros urbanos, aliás o Algarve irá ter uma participação activa nessas celebrações, em virtude de no seu seio se terem dado episódios fundamentais da história nacional, tais como, a independência e a expansão, mas sobretudo a conquista e a demarcação definitiva do país, no século XIII, protagonizada pelas ordens militares cristãs, bem como o seu papel de relevo na expansão marítima dos descobrimentos.

Para a elaboração do programa comemorativo, a comissão executiva¹⁸ baseou-se em dois objectivos: “em primeiro lugar, o de se comemorarem condignamente, dentro do quadro histórico, aqueles acontecimentos do passado, de que o Algarve foi teatro, na linha do descobrimento expansivo da Nação; e em segundo lugar o de se afirmar, numa demonstração viva e sintética, o valor das realidade actuais da vida provincial” (Cf. AAVV, 1942: 523) Desse modo, a escolha dos locais para as comemorações mais importantes recaiu sobre Lagos, Sagres e Faro, que na qualidade de capital do distrito foi palco da Exposição Regional, o que fez com que a sua duração fosse escassa e localizada. Diversos actos solenes, especialmente de carácter religioso da história regional ocuparam parte da agenda do ciclo de comemorações dos centenários.

No Algarve, as comemorações tem início a 14 de Junho de 1940 em Faro, com a presença de Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas, onde foi descerrada uma

¹⁸ A Comissão Regional das Comemorações dos Centenários era composta pelas seguintes pessoas: José Correia Nascimento e José de Sousa Uva (Presidente e Vice-Presidente, respectivamente). Barata Correia (Director das Estradas), Lister Franco, Matias de Freitas, João Cabral (Director do Posto Agrário), Eduardo Calado, Monteiro Simões (Reitor do Liceu), Pinheiro e Rosa (Representante do Sr. Bispo). Seriam eleitos como Secretário Pinheiro e Rosa e como Tesoureiro Matias de Freitas. (Cf. *O Algarve*, N° 1648, ANO XXXII, 29/10/1939, p. 1)

placa comemorativa do quarto centenário da elevação a cidade, pela ocasião foram entregues as chaves ao representante do Governo. Foi, ainda, parte da cerimónia a inauguração da estátua do Bispo D. Francisco Gomes do Avelar¹⁹, abertura da Exposição de Arte Sacra, no Seminário destinado a Paço Episcopal²⁰ assim como a inauguração de um padrão comemorativo da Conquista do Algarve aos Mouros. A grande Exposição Regional, no Largo de São Francisco, elaborada por Carlos Porfírio, Comissário Geral da Exposição, culmina o dia de festejos em Faro.

Quanto à exposição estava organizada em duas partes: a primeira constituída por dezasseis secções, correspondendo uma a cada concelho, distribuídas por dois conjuntos de oito, onde eram divulgadas algumas características económicas dos concelhos da região. No caso de Tavira a sua área expositiva apresentava uma reconstituição do Castelo, símbolo da independência nacional, mas também um dos locais da cidade com mais interesse turístico (Cf. *O Algarve*, Nº 1682, 23/06/1940, ANO XXXIII, p. 2). A segunda parte era constituída por seis pavilhões dos organismos corporativos e privados.

No dia seguinte, 15 de Junho, a comitiva do Governo segue para Sagres, para aí "glorificar o Infante D. Henrique" e "os seus mareantes", à sua espera estavam as

¹⁹ A CMT esteve associada a uma participação financeira para a construção deste monumento, após abordagem feita pela Câmara Municipal de Faro à autarquia tavirense. (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Actas da CMT*, 17/11/1938 a 20/09/1941, Sessão de 9/05/1940, Fls. 89) A verba destinada ao contributo financeiro seria aprovada no final do mês de Maio de 1940. (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Actas da CMT*, 17/11/1938 a 20/09/1941, Sessão de 30/05/1940, Fls. 95)

²⁰ Importantes peças artísticas de alguns templos de Tavira integrariam esta exposição. Pertencente à Igreja do Carmo esteve uma galheta de prata branca relevada, datada do Século XVIII, mais um cálice de prata dourada datada da mesma época (Cf. *Povo Algarvio*, 4/04/1965, Nº 1607, ANO XXXI, p.4), um elaborado cofre eucarístico da Misericórdia, proveniente da Igreja de São José (Cf. *Povo Algarvio*, 18/04/1965, Nº 1610, ANO XXXI, p. 4), da Igreja de Santa Maria algumas dalmáticas e uma estante de missal ricamente decorada em madre pérola (Cf. *Povo Algarvio*, 25/04/1965, Nº 1610, ANO XXXI, p.4 e Cf. *Povo Algarvio*, 13/06/1965, Nº 1617, ANO XXXII, p.4)

principais figuras eclesiásticas do Sul do país. A bênção do mar e uma encenação alusiva à história local, *Rosas de Santa Maria*, da autoria do poeta Cândido Guerreiro, com acompanhamento musical elaborado por Fernandes Lopes, complementam o programa de actividades da recepção dos membros do Governo. A comitiva segue para Lagos, onde a inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra foi o ponto mais alto das comemorações nesta cidade.

Enquanto isso, em Tavira o executivo camarário, consciente do efectivo significado das comemorações do "Duplo Centenário", inicia os primeiros esboços do programa de festejos e adesão à grande festa nacional. A autarquia tavirense lança as suas duas primeiras propostas em Maio de 1938 para inscrever a cidade nesse projecto de aclamação nacional e da sua História. Para comemorar o 8º Aniversário da Fundação da Nacionalidade, Tavira sugere o dia 11 de Junho de 1939, feriado municipal, sendo a segunda escolha a comemoração da passagem dos 700 anos sobre a Conquista de Tavira aos Mouros, em 1942 (Cf. *Povo Algarvio*, Nº 205, 1/05/1938, ANO IV, p. 1), qualquer destas datas remetem-nos para um dos principais motivos das "festas centenárias", a fundação da nacionalidade.

Ambas as propostas de homenagem dos "Centenários" aguardam maior consistência quanto ao seu conteúdo e logística, trabalho esse que seria desenvolvido pela autarquia, com o auxílio da população tavirense. A definição dos conteúdos da programação dos "Centenários" mostrava então ser uma tarefa demorada, assente a ideia de tornar as festas do "Duplo Centenário" o mais nacional possível, ou se quisermos, o mais abrangente no território, várias comissões de organização desse evento exerciam um contacto próximo e assíduo com as autarquias.

Propositadamente preparado para colher informações relativas às iniciativas culturais e recreativas das "festas", o inquérito concebido pela Comissão Executiva das Festas no Algarve também permitia efectuar um retrato real das festas locais e da implicação do património monumental e simbólico. A essa inquirição a CMT responde em Março de 1939 (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida*, Pasta A178, 1º Trimestre, Nº 204/C, 16/03/1939). Nessa afirma ter um plano concreto para as festas, a acontecer no Centro Histórico, refere diversas obras na zona antiga da cidade que iriam ser inauguradas, entre elas o Castelo, “desde que se façam as obras necessárias” (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida*, Pasta A178, 1º Trimestre, Nº 204/C, 16/03/1939); uma homenagem a D. Paio Peres Correia, através de uma romagem à sua sepultura na Igreja de Santa Maria do Castelo no feriado municipal, era outro acto que se integrava no programa local das comemorações.

Decorrido pouco mais de um ano sobre o questionário enviado pela Comissão Executiva das Festas no Algarve, a CMT ordena o início de algumas obras na cidade, a pensar no contributo que a autarquia podia dar aos festejos. Três intervenções no Centro Histórico pertenciam a esse plano: a conservação do miradouro junto ao Castelo e respectiva canalização, a reparação da Calçada D. Paio Peres Correia e a reparação da pintura dos bancos do jardim (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Actas da CMT*, 17/11/1938 a 20/09/1941, Sessão de 9/05/1940, Fls. 92). A este conjunto de projectos, destinados a embelezar os vestígios do passado e propiciar acessibilidades e protagonismo cultural e turístico ao Centro Histórico, adicionam-se a Biblioteca e o Museu, deve referir-se, também, que entre a Rua da Liberdade e o Castelo surge uma escadaria de acesso directo ao palco principal das comemorações do "Duplo Centenário" (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Actas da CMT*, 17/11/1938 a 20/09/1941, Sessão de 9/05/1940, Fls. 92).

Cortejos ou romagens a sítios associados às figuras da história local ou a monumentos evocativos de antigas efemérides, também tinham lugar nestas cerimónias, Tavira homenageou e consagrou publicamente os heróis da Conquista Cristã durante as comemorações. Acompanhavam o cortejo, normalmente partia da Praça da República até à Igreja de Santa Maria, as principais individualidades locais da política, da justiça, das corporações e da Igreja, entoavam pelas ruas algumas composições musicais interpretadas pela Academia Musical Tavirense²¹.

A cerimónia de encerramento do Centenário havia sido fixada em todo o país para dia 2 de Dezembro de 1940 e Tavira é convidada a ser representada pelos seus mais importantes nomes da vida social e política, juntando-os certamente para partilharem entre si os resultados finais, quer a nível nacional, quer regional, quer local, focando sempre os valores culturais do regime, como os principais factores de toda a obra material e espiritual do Estado Novo (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Convites*, Pasta A98, Doc. 12584, C 1.1.1., 27/11/1940).

²¹ Esta banda musical que apoiou a CMT durante as comemorações é distinguida com um subsídio retirado a partir do Orçamento Suplementar. (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Actas da CMT*, 17/11/1938 a 20/09/1941, Sessão de 19/09/1940, Fls. 120).

CAPÍTULO III

O MUSEU MUNICIPAL DE TAVIRA E AS EXPOSIÇÕES DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

3.1 A CRIAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL DE TAVIRA, O EDIFÍCIO E O

PROGRAMA MUSEOLÓGICO

Criado por deliberação camarária em Abril de 1937 (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Actas da CMT*, 28/07/1933 a 10/11/1939, Sessão de 1/04/1937, Fls. 146), recebe de imediato o apoio prioritário da população, que rapidamente se presta a doar objectos de interesse histórico e artístico aos funcionários camarários mandatados para proceder à recolha de bens patrimoniais. Até a equipa de trabalho que a CMT constituiu, propositadamente concebida para organizar o museu e uma biblioteca, reflecte a prioridade e o significado que estes equipamentos possuem. Pressionada pela data que determinava o dia inaugural das comemorações do "Duplo Centenário", e pelos benefícios turísticos que calculam usufruir, a autarquia reforça o número de funcionários da Biblioteca e Museu.

A capacidade realizadora do Governo, um dos traços políticos e culturais do Estado Novo e que os "Centenários" pretendem enaltecer, manifesta-se em todo o território nacional, em Tavira, a autarquia acelera o ritmo dos preparativos da inauguração do museu e biblioteca. Entre 1939 e 1940 (ano da abertura do Museu Municipal de Tavira), a CMT recruta mais dois assalariados. Esta equipa assegurava em simultâneo os serviços da Biblioteca e do Museu e apesar da falta de especialização técnica na área da museologia, estes funcionários acumulavam funções nestas duas estruturas. Ficava reservado ao encarregado principal a coordenação técnica, logística, da montagem e segurança dos bens culturais do museu municipal.

Para além das manifestações de carinho das gentes da cidade, o Jornal *Povo Algarvio* não poupa elogios a esta iniciativa municipal, classificando-a como um grande contributo para o "bom nome e progresso da nossa linda cidade" (*Povo Algarvio*, N°

150, 11/04/1937, ANO III, p. 2). Generalizado por um pouco por todo o país, o sentimento regionalista que se confunde com o Estado Novo com a pluralidade e diversidade nacional, consiste em relembrar a história da terra, os seus heróis e os seus feitos e o museu municipal segundo Damião de Vasconcellos, iria desempenhar um papel de guardião do legado dos nossos antepassados. A identidade cultural e histórica de Tavira estava contida, no dizer desse investigador e jornalista, no Museu Municipal. Cabia a este regionalismo salazarista encontrar os valores e a personalidade daquele que era natural da terra, no folclore, na tradição ou na história.

Num universo museológico a nível regional, formado por escassas unidades (Cf. GAMEIRO, 2001: p. 217-222), o Museu Municipal de Tavira preocupa-se em representar institucionalmente a autarquia, a nível cultural e patrimonial a cidade. A cultura e a educação eram dois índices importantes de avaliação sobre o estado de desenvolvimento ou progresso da população e como instituição de cultura e de ensinamentos, o museu é aproveitado e transformado numa ferramenta de instrução e propaganda nacionalista.

O progresso, que a imprensa escreve como um desejo para a cidade, simboliza o conhecimento da História e a sensibilidade que a população deve ter em relação à conservação do seu património. Além da identidade cultural que conduz o conhecimento do património histórico, o seu efeito moralista também é sugerido e entusiasmada com os louvores provenientes da população de Tavira acerca da proposta da criação de um museu, a autarquia acciona os trabalhos preparativos desse projecto junto com a biblioteca municipal, que seria instalado no edifício anexo à Igreja da Misericórdia (Cf. *Povo Algarvio*, Nº 155, ANO III, 16/05/1937, p. 3).

É decidido arrendar à Santa Casa da Misericórdia de Tavira, proprietária do edifício e de algumas divisões nas traseiras do altar-mor da Igreja, para a instalação destas unidades culturais, que receberiam pequenas reparações, em virtude dos problemas de conservação que foram constatados (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Livro de Actas da CMT*, 17/11/1938 a 20/09/1941, Sessão de 28/03/1937, Fls. 150). Depois de resolvidos os problemas de conservação, da aquisição de mobiliário e da recepção das colecções, a CMT acorda com a Santa Casa da Misericórdia de Tavira o arrendamento dos espaços (biblioteca, museu e casa anexa), por 120\$00 mensais com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1939 (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Livro de Actas da CMT*, 17/11/1938 a 20/09/1941, Sessão de 28/03/1937, Fls. 10-10). A sua escolha provavelmente deveu-se ao seu interesse arquitectónico, estar encerrada ao culto e esta em localização privilegiada em pleno Centro Histórico.

A instalação do Museu Municipal nas costas do altar-mor da Igreja da Misericórdia, acessível pelo interior da Igreja, configura o recheio artístico como primeiro módulo expositivo ou a parte inaugural de itinerário museológico que termina no museu, ou seja, capiteis, azulejos e talha pertencem a um programa decorativo, marcando uma transição para o outro espaço expositivo: o Museu Municipal.

A tipologia dos bens patrimoniais era indiferente nos critérios de incorporação no museu, não importava se os bens culturais são “históricos, arqueológicos, etnográficos, literários, poéticos, musicaes, pinturaes” (*Povo Algarvio*, N° 156, 23/05/1937, ANO III, p. 1), interessa que sejam “artes tavirenses e de tudo que com as mesmas se relacione, incluindo bibliografia de Tavira, antiga e moderna, como livros, revistas, postaes ilustrados, fotografias, desenhos, etc.” (*Povo Algarvio*, N° 156, 23/05/1937, ANO III, p. 1).

Através deste pequeno excerto do Jornal “Povo Algarvio”, descortinamos a base temática e disciplinar para germinação deste núcleo museológico, este é um museu assumidamente local, orientado para as referências históricas da cidade e do concelho de Tavira, da sua formação, passando pelo período do seu auge até ao momento da criação deste equipamento cultural. É claramente um museu com uma personalidade local bem vincada, ressaltando sempre o carácter da cidade, da sua história, e das suas tradições. Relativamente à base disciplinar, vamos reparar que das inúmeras sugestões de bens patrimoniais, o enfoque central está depositado nas colecções arqueológicas e históricas.

O museu, define-se como lugar que preserva, a história e o orgulho local nos feitos conseguidos ao longo dos séculos pelos ícones da cidade. Em sinal de gratidão e homenagem “incube às câmaras consagrar os notáveis das suas terras, pelas estátuas, nas praças, ou na nomenclatura das ruas” (*Povo Algarvio*, Nº 156, 23/05/1937, ANO III, p. 1), contudo se estas medidas não são implementadas, o museu que surgiu mostra apetências para a “consagração d'aqueles heróis esquecidos, para preito da cidade para veneração de vindouros” (*Povo Algarvio*, Nº 156, 23/05/1937, ANO III, p. 1). Esta perspectiva vem consolidar a dimensão historicista e moralista do espaço museológico.

O projecto museológico dispõe o seu acervo patrimonial em função de uma ordem cronológica e factual, todos os temas, são reproduzidos pelos objectivos, aspiram para além da exposição artística de cada um deles, ao incentivo do ensino da história e das tradições locais, ao respeito pelo passado e pelas gerações anteriores e à demonstração da grandiosidade e façanhas dos antecessores, incitando as futuras gerações a repeti-las.

No contexto da intervenção patrimonial e cultura da cidade, o Museu Municipal de Tavira, é assim dizer, uma das maiores peças, explicando pelas suas peças num edifício, que podem ser admiradas “com ternura agradecida e n'numa emoção d'arte” (*Povo Algarvio*, Nº 163, 11/07/1937, p.2), e pela sua transformação em santuário, em espaço místico, para se contemplar as suas colecções “num recolhimento de concentração espiritual” (*Povo Algarvio*, Nº 163, 11/07/1937, p.2).

Tomada unanimemente a decisão de criar um Museu Municipal em Tavira, o ritmo dinâmico e quase vertiginoso que a equipa de Isidoro Pires canaliza na concretização dele é expresso em três fases de trabalho distintas no mesmo ano: o levantamento e recolha de bens materiais, a recuperação do edifício e a organização das colecções e áreas expositivas. Ao Museu Municipal estava reservado o rés-do-chão, o que significava na prática as principais salas do piso térreo da Casa da Administração, assim denominado preferencialmente pela Santa Casa da Misericórdia de Tavira, a essa decisão terá ajudado em muito a facilidade e funcionamento do manuseamento e transporta das peças que um piso térreo implicava.

O contacto quase directo que existe entre a Igreja e Casa da Administração, pode ter influenciado a instalação nesse local do Museu Municipal, usando-o como prolongamento do espaço museológico de arte sacra *in situ*.

Gradualmente, as peças expostas no museu eram acumuladas e sobrepostas pelas salas expositivas, pois o interesse primordial residia na exibição em vez de as expor com uma intenção comunicativa concreta, pois a estes interessava-lhes maioritariamente mostrar tudo sem recorrer a critérios científicos ou explicativos. Ao que importa realmente neste trabalho, é a utilização do objecto no sentido cultural como meio de favorecimento da propaganda política e ideológica, fossem elas de que tipo fosse, ou

seja, que este projecto cultural seja estratégico para a afirmação do poder político, mas principalmente para a sensibilização dos conceitos ideológicos do regime, têm na autarquia o principal executor e intérprete dessas mensagens, imediatamente assinalados pela imprensa regional. Admitimos que a autarquia desempenha um papel muito importante na vida da população, e entre ela, instituía hábitos, culturais e morais, executando os planos do Governo devidamente adaptado à realidade local, ou seja esta entidade, investe numa missão paternalista ou protectora, pronta a abrigar no seu território e nas suas gentes.

Este projecto museológico, obedeceu a um processo evolutivo vai ganhando expressão comunicativa e cultural. Chegam peças para compor e articular o discurso expositivo, ao mesmo tempo, o Museu Municipal, começa a exercer uma força de atracção sobre a população, que se verifica pelas constantes manifestações de carinho e elogio que se verifica na imprensa, pelas doações e ofertas, exemplificam a devoção a este projecto. O laço de união com a comunidade que sobressai, são motivados pelo orgulho pátrio e regional, mas também por dever sociocultural de famílias e instituições.

3.1.1 AS COLECÇÕES E A MUSEOGRAFIA

Ao que tudo indica, as orientações que eram dadas aos funcionários da Câmara Municipal sobre a natureza do acervo patrimonial a expor no Museu Municipal iam no sentido de recolher qualquer bem patrimonial relacionado com Tavira, fosse ele de que género fosse (LOPES, 2005: 68).

Os templos e as ordens religiosas, detentoras de um grande número de bens artísticos estavam nos lugares cimeiros nas preferências da CMT quanto a possíveis empréstimos ao Museu Municipal (*Povo Algarvio*, Nº 171, 5/09/1937, ANO IV, p. 2), porém alguns particulares tinham em sua posse alguns artigos de valor artístico, como

se verificará mais a frente. Um pequeno núcleo de pessoas, inseridas na elite social e cultural do concelho, nutre o gosto pelo coleccionismo e na azáfama dos preparativos das comemorações do “Duplo Centenário” em Tavira, numa luta para executar todos os objectivos propostos para o evento no menor período de tempo concede uma ajuda.

O acervo museológico que se conserva no Museu Municipal circunscrevesse basicamente às colecções de escultura em pedra, pintura e numismática, proveniente de particulares e instituições locais, denotando-se nos primeiros tempos uma estagnação das colecções, e uma política de aquisição de bens museológicos baseado nas doações.

Na linha da frente dos “amigos” do museu estava o Eng. Joaquim Rosado Padinha, coleccionador e uma firma apoiante do projecto, tendo-se afirmado como uma figura decisiva no enriquecimento do acervo museológico através da doação de colecções pessoais. A primeira oferta que o Museu Municipal recebe é uma parte da sua colecção de numismática e medalhística, gesto que seria saudado pelo executivo municipal (Cf. Arquivo Histórico Municipal, *Actas da CMT*, 17/11/1938 a 20/09/1941, Sessão de 2/05/1938, Fls. 89), a esta colecção serão oferecidas pelo mesmo outras unidades de diferentes tipologias (LOPES, 2005: 69).

Outros doadores de objectos artísticos que aumentam o fundo museológico são identificados, são eles o Sr. Filipe Monteiro Santos e da Sra. D. Ana Peres Cruz (Cf. *Povo Algarvio*, Nº 306, 5/05/1940, ANO VI, p. 1), ou mesmo António Arnedo e Maria Aboim Palermo (LOPES, 2005: 70).

Como consequência destas ofertas, regista-se uma expansão do acervo, tal como a diversidade da tipologia do mesmo, embora as colecções fundadoras do museu fossem doadas por particulares, na verdade houve entidades religiosas que cederam objectos. A Santa Casa da Misericórdia de Tavira procurou estar associada a esta projecto cedendo

peças artísticas da sua colecção, como é caso de uma colecção de louças domésticas, o que demonstra a diversidade das colecções que iriam estar presentes no Museu, o mesmo aconteceu com a Ordem Terceira de São Francisco, já a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, negou a cedência de qualquer parte do seu acervo, facto que desagradou ao jornal Povo Algarvio (Cf. Povo Algarvio, Nº 181, 14/11/1937, ANO IV, p. 1).

A autarquia ao idealizar este Museu Municipal, faz dele um local emissor do discurso oficial do Governo, recolhendo nele alguns dos conceitos fundamentais da sua mensagem historicista e nacionalista.

3.2 O MUSEU RURAL DA CASA DO POVO DA CONCEIÇÃO DE TAVIRA

Enquanto a instalação do Museu Municipal estava a tomar as atenções do executivo municipal nos primeiros anos da década de 40, na freguesia da Conceição de Tavira, surge um espaço museológico quase imperceptível, o Museu Rural instalado na Casa do Povo local, constituído em Abril de 1945, data da visita oficial ao concelho de Tavira do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social Carlos Fernandes, que se revelaria como um dos principais entusiastas da promoção de actividades culturais nas Casas do Povo (Cf. MELO, 2000, 179). A visita ao museu, localizado no primeiro andar do edifício da Casa do Povo da Conceição de Tavira, terá proporcionado ao membro do governo uma impressão muito positiva (*Povo Algarvio*, Nº 563, 22/04/1945, ANO XI, p. 1-3).

Tinham decorridos entretanto cinco anos desde as comemorações do “Duplo Centenário”, e as grandes festividades que esse evento promoveu, e no qual os museus tinham integrado o seu elenco principal, possuíram um carácter pouco duradouro e na opinião do Subsecretário de Estado Carlos Fernandes, os museus rurais poderiam ser

úteis em quatro vertentes: autoconsciência da cultura local, promoção turística da terra, estimular a continuidade dos ofícios e estabelecer uma marca das artes tradicionais e neles se guardariam as peças que caracterizavam as actividades tradicionais da localidade, sobretudo as mais antigas, pois isso indicava a antiguidade dos costumes e dos ofícios (Cf. MELO, 2000: 179). Eram estes os objectivos explorados por este museu, a acreditar pela reacção do membro do Governo durante a sua visita a este espaço.

O Estado Novo procura também nos museus rurais, uma linha permanente da exposição das memórias locais e nacionais, mas pouca expressão tiveram no país, apesar dos planos para a criação de uma rede museológica etnográfica e das críticas ao défice desta tipologia de museus em relação aos arqueológicos e artísticos, registando-se uma reduzida distribuição pelo país, pois dependentes das Casas do Povo estavam recenseados trinta museus rurais em 1957, destacando-se os de Mafra, São Pedro do Corval, Alcaçovas e Santa Maria de Estremoz (Cf. MELO, 2000: 180).

Assim sendo, a Conceição de Tavira inscrever-se-ia na política para os museus do Estado Novo, sobretudo no restrito ramo dos museus etnográficos nacionais, enquanto Tavira ia estabelecendo um plano turístico e cultural onde a participação dos museus e exposições eram parte integrante do projecto.

3.3 AS EXPOSIÇÕES DE ARTE SACRA DE 1950 E 1970

Em 1950, na Igreja do Carmo teria lugar uma exposição temporária de Arte Sacra, uma mostra tão importante de objectos que tinha o objectivo de dar um impulso na divulgação da arte e da história da cidade e suscitar a organização de eventos de cariz cultural impulsionando e dinamizando o turismo na cidade.

Quanto à exposição, a Comissão Organizadora confiava os objectos seleccionados representassem o património artístico da cidade, e todos os objectos tinha a sua proveniência dos seus templos (Cf. *Povo Algarvio*, Nº N°828, 21/05/1950, ANO XVI, p. 1-3). Inferior na qualidade no que toca à museografia, como faz questão de afirmar a Comissão Organizadora da Exposição de Arte Sacra propõe utilizar modos de exposição pouco arrojados, justificação denunciada por falta de recursos humanos e financeiros (Cf. *Povo Algarvio*, Nº 1627, 22/08//1965, ANO XXXII. P. 4).

A Exposição de Arte Sacra, para a qual a comunidade e várias instituições tinham sido identificadas como potenciais agentes de empréstimo de peças, propunha a implantação de três áreas expositivas: produções artísticas locais, fotografias e documentação (Cf. *Povo Algarvio*, Nº 828, 21/05/1950, ANO XVI, p. 1-3).

Embora os estudos sobre o património taviense comecem nesta fase a ganhar importância, quer na vertente da sensibilização, quer no levantamento de bens artísticos, a exposição dificilmente poderia ser esclarecedora no que toca à caracterização dos seus objectos expositivos. Acima de qualquer dúvida ou lacuna de informação sobre as peças, motivo que só por si implicaria a insustentabilidade temática ou científica da exposição está a ideia forte que a Comissão Organizadora defende, o ideal de fé. Esse ideal, invocando na Exposição de Arte Sacra a explorar nos objectos expostos, tem a intenção de conduzir o visitante ao passado artístico religioso da cidade e ao encontro da virtude da mensagem cristã. As exposições mesmo que temporárias, como é o caso, tinham um papel decisivo na propagação dos valores e ideais do Estado Novo, mesmo quando falamos da responsabilidade da protecção dos bens culturais, do respeito pelos antepassados e na valorização da cultura local (Cf. LIRA, 1999: 1-2).

O encerramento da Exposição de Arte Sacra, entretanto marcado para dia 2 de Julho, foi adiada devido ao grande número de pessoas interessadas em visitar a mesma, e não fosse a Festa de Nossa Senhora do Carmo esta teria novo adiamento (Cf. *Povo Algarvio*, N° 833, 25/06/1950, ANO XVII, p. 1), o que demonstra o grande interesse que esta gerou.

A exposição, (que incluía no lote de peças as tábuas quatrocentistas de São Brás e São Pedro e ainda as pinturas quinhentistas depositada na Igreja de São Paulo) seria concluída simbolicamente com uma conferência pelo Reverendo Prior António Patrício, intitulada “Arquitectura Cristã em Tavira” e posteriormente com um concerto de órgão pelo Padre Pinheiro e Rosa (Cf. *Povo Algarvio*, N° 833, 25/06/1950, ANO XVII, p. 1).

Durante três anos aproximadamente, o jornal “Povo Algarvio” reserva nas suas edições um espaço dedicado aos bens artísticos religiosos da autoria de Álvaro Pais, que é o pseudónimo de José António Pinheiro e Rosa (Cf. ROSA, 1966: 1). Interessada em formar um Museu de Arte Sacra em Tavira, a Comissão Municipal de Turismo recorre à experiência da investigação e do conhecimento histórico que José António Pinheiro e Rosa dispunha a nível regional.

Em 1966, os estudos que haviam sido escritos para o jornal *Povo Algarvio*, seriam editados com o apoio de 3200\$00 pela dita comissão sob o título de “Arte Sacra em Tavira” (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, *Livro de Actas da CMT*, 20/10/1965 a 22/11/1966, Sessão de 22/11/1965, Fls. 196). A descrição sumária de bens artísticos religiosos que marcam presença na Exposição de 1950 na Igreja do Carmo, é tratada nesses artigos. A metodologia seguida na listagem dos objectos prevê a criação de categorias de tipos e em cada uma o local de proveniência, igrejas da cidade, tal como apelava a Comissão Organizadora da Exposição de 1950. No conjunto de peças

artísticas, algumas verificam-se que algumas tinham estado antes em eventos do género, entre elas uma Exposição em Portimão no Natal de 1949, e na Exposição de Arte Sacra em Faro, no programa das festas do "Duplo Centenário".

A qualidade artística e o valor artístico, assim como a diversificação dos bens patrimoniais, cria boas condições de viabilização de um espaço de arte sacra, a componente turística no espaço museológico não acaba com os objectivos da propaganda política e ideológica, embora comece a ser visto como um traço dominante dentro do contexto cultural, social e económica local.

Apesar disso, não há até 1970, conhecimento de mais alguma exposição de arte sacra, nem desta dimensão, sendo que nova exposição seria inaugurada a 7 de Setembro deste mesmo ano pelo Presidente da CMT e Deputado da Assembleia Nacional Dr. Jorge Correia²². Esse evento foi patrocinado pela autarquia, Secretaria de Estado da Informação e Turismo e Comissão Regional de Turismo do Algarve, e adquiriu algum mediatismo devido a alguma cobertura televisiva a que este evento teve direito (Cf. *Povo Algarvio*, Nº 1887, ANO XXXVI, p. 1-3).

A exposição era composta por perto de uma centena de bens artísticos religiosos, conjunto marcado pela mistura de datas e géneros, que dava corpo ao projecto da exposição que teve lugar na Igreja de São Paulo e teve como principais o artista Azinhal Abelho e o Prior Jacinto Rosa, que receberam destacados louvores por parte do *Jornal Povo Algarvio*, um provavelmente encarregue do arranjo estético da exposição e o outro da organização dos temas e escolha das peças (Cf. *Povo Algarvio*, Nº 1887, ANO XXXVI, p. 1-3).

²² Jorge Augusto Correia, médico e político nasceu em Tavira em 1918. Exerceu o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Tavira entre 1959 e 1972, em 1961 é eleito deputado pelo Algarve na Assembleia Nacional, sendo reeleito para o mesmo cargo em 1969 onde defendeu sempre os interesses da sua região.

Esta Exposição de Arte Sacra de 1970, estava inserida num programa denominado “Festival do Algarve”, evento que ainda abrangia um espectáculo de semana de teatro, um concerto da Orquestra Filarmónica de Lisboa, sessões de cinema e um espectáculo de marionetas (Cf. Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da CMT*, 20/07/1969 a 5/08/1970, Sessão de 6/05/1970, Fls. 151).

CAPÍTULO IV

A ACTIVIDADE CULTURAL E RECREATIVA DA SOCIEDADE TAVIRENSE

Como já referido anteriormente, Tavira foi durante todo o Século XX uma pequena cidade periférica e todo o seu concelho marcado pela escassa influência cultural, política e económica. Nos anos 50, o geógrafo Orlando Ribeiro é muito elucidativo na sua descrição:

“(...)quase sem indústria, com comércio modesto e porto sem movimento, a população activa de Tavira reparte-se entre as profissões urbanas, a agricultura, a exploração das salinas e a pesca para que se lançam, no mar fronteiro, as maiores armações de atum. Apenas nos bairros humildes da periferia se sente a vida popular no bulício das mulheres e nos jogos e correrias das crianças. Nenhum fermento da vida nova anima esta cidade adormecida, as suas ruas desertas, os jardins onde os velhos tomam o fresco das tardes cálidas ou se aquecem ao Sol de Inverno, os largos onde perpassam discretas figuras femininas, esgueirando-se da igreja para o encerro das suas moradas. Uma tranquilidade quase opressiva transpõe a imaginação para a história; mas esta vê-se e toca-se no estranho remate das casas desta cidade do passado (...)” (RIBEIRO, 1992, 79).

O mesmo sentimento se espelha numa entrevista concedida pelo Dr. Jorge Augusto Correia, Presidente da CMT entre 1959 e 1972, no âmbito da Exposição “Tavira, Patrimónios do Mar”, organizada pelo Museu Municipal de Tavira / Palácio da Galeria, aqui se atesta: “(...)Tavira estava atrasada. Tinha no meio da cidade três propriedades. E... era uma vergonha, não tinha ensino secundário como Olhão e Vila Real de Santo António. Em 1961 instalei uma Escola Técnica no Palácio da Galeria (...)” (QUEIROZ, 2008: p. 130)

É um dado adquirido que a vida social reflecte sempre os desejos de acesso à educação e à cultura por parte dos diversos extractos da população, em Tavira tal

desiderato não seria excepção. A actividade artística e cultural ficaria marcada pelas iniciativas de natureza cíclica e religiosas, por acções beneméritas de recolhas de fundos e pela actividade associativa e do corporativismo do Estado, recorrendo muitas vezes ao folclore e aos artistas locais, salvo raras excepções e, somente, em grandes acontecimentos que foram sempre muito raros nesta região periférica.

4.1 A BANDA MUSICAL DE TAVIRA: UMA PRESENÇA CONSTANTE NA VIDA CULTURAL TAVIRENSE

A 7 de Setembro de 1925, quando assumiu pela primeira vez a presidência da CMT, Isidoro Pires, homem das letras e reconhecido poeta local, que sempre demonstrou ser grande entusiasta das festas populares citadinas e com uma enorme paixão pela música, fez todos os esforços possíveis para dotar o seu município de uma banda filarmónica, após o desaparecimento das duas até então existentes na cidade²³, ambas faziam, no Jardim Público, concertos nas noites de Verão, sempre com muito público. A Banda Musical de Tavira²⁴ ainda hoje persiste após várias anos de instabilidade e transformações, tendo durante os anos do Estado Novo uma presença constante, activa e dinâmica na vida cultural tavirense, por ela passaram diversas personalidades que marcaram a vida artística local.

²³ As bandas existentes em Tavira e que se apresentavam em concerto eram a Banda Filarmónica Primeiro de Janeiro “Os Limpinhos”, que manteve a sua actividade entre 1897 e 1925 e a Filarmónica 29 de Setembro “Os Namarrais”, em exercicio entre 1899 e 1922.

²⁴ Banda Musical de Tavira é a designação adoptada por esta instituição a partir de 7/06/1980 e que se mantém até hoje. A partir daqui, devido às diversas designações que esta foi adoptando desde 1925, sempre que nos referirmos a esta entidade, para facilitar a leitura, designaremos a mesma apenas como Banda

4.1.1 1933-1935: MOMENTOS DE INSTABILIDADE E DE CONFLITO POLÍTICO

Em Novembro de 1933 é nomeado o primeiro Presidente da Comissão Administrativa da CMT, o Dr. João José de Matos Parreira e os seus vereadores. Com este executivo surge o primeiro conflito com a Banda, da lavra do vereador Major António Francisco dos Ramos. Numa reunião do executivo municipal, este apresentou uma proposta de remodelação da Banda Municipal de Tavira que visava a economia de verbas por parte do município. A proposta fundamentava-se nos seguintes pressupostos:

“(…) 1º - Redução dos vencimentos dos músicos, atendendo a que eles possuíam, simultaneamente, outras profissões, como operários, artistas, reformados do exercito, etc. 2º - O não preenchimento dos lugares que vagassem, a fim de se reduzirem as verbas destinadas à banda, e que o número de músicos, por classe, fosse igual à das bandas regimentais; 3º - Que qualquer admissão de músicos fosse proposta pelo chefe da banda e apreciada em sessão camarária; 4º - Uma melhor uniformização nos vencimentos dos músicos, com a mesma classificação ou categoria; 5º A nomeação de uma comissão para estudar a forma de a Câmara se desembaraçar de tão grande encargo, ainda que tivesse de contribuir com uma dotação mensal; 6º - Que a Banda fosse imediatamente extinta, logo que criada a Banda Regimental do Regimento de Infantaria 4, em Tavira (...)” (ARQUIVO MUNICIPAL DE TAVIRA, *Livro de Actas da CMT*, 28/07/1933 a 10/11/1938, fls. 20)

A esta proposta juntava-se mais algumas recomendações fornecidas pelo mesmo Vereador e que previam a redução anual dos custos em 30.240\$00, esta proposta seria

aprovada por maioria na sessão seguinte, assim como uma nova tabela de renumerações que previa a redução dos vencimentos dos artistas, a partir de 1 de Janeiro de 1934²⁵.

A falta de consenso, dentro do executivo municipal, em relação a este assunto é denunciado pelo facto do Presidente da CMT ter convocado uma nova sessão extraordinária, para apreciar e votar uma nova proposta, desta vez sob moção do Vereador Alferes Pinto Barradas. Este propunha suspender o que havia sido deliberado na sessão anterior, criando uma comissão composta por dois vereadores e pelo chefe da banda, de forma a celebrar um novo quadro de vencimentos a apresentar à CMT, intento que foi aprovado.

No entanto, o Major António Francisco dos Ramos não desiste e, por esse motivo, propõe numa reunião posterior o seguinte:

“(…) constando que a Banda Municipal muitas vezes não é chamada ou contratada para qualquer serviço fora da cidade, devido ao elevado preço que exige, preço que, segundo consta, é feito pelo Chefe da Banda, o que trás prejuízos à Câmara, e, como chefe não devia intervir em tal assunto, pois não é mais que um elemento da banda, que recebe o seu vencimento como qualquer outro componente da mesma, cumprindo-lhe apenas executar o que pela mesma Câmara lhe for determinado, proponho para que, de futuro, todos os pedidos de serviços que a mesma Banda tenha de executar, quer dentro ou fora do concelho, quer gratuitos ou pagos, sejam apresentados em sessão da Câmara, a fim de satisfazendo antecipadamente as importâncias dos contratos, custos das passagens e

²⁵ A tabela de redução de vencimentos proposta foi a seguinte: “(…) Chefe, 700\$00 reduzido a 500\$00, Subchefe, 480\$00 a 300\$00. Músicos de 1º Classe, 360\$00 a 200\$00, Músicos de 2º Classe de 300\$00 para 200\$00, Músicos de 3º Classe de 145\$00 para 105\$00, Auxiliares de Primeiros, 90\$00 para 60\$00, Auxiliares de Segunda, de 80\$00 reduzidos para 30\$00. Quando o Chefe for substituído pelo Subchefe tem uma gratificação mensal de 100\$00 (...)”, AMT, Livro de Actas da CMT, 1933.

subsídios de alimentação, quando tenham lugar (...)” (ARQUIVO MUNICIPAL DE TAVIRA, Livro de Actas da CMT, 28/07/1933 a 10/11/1938, fls. 20)

Na sequência destas decisões da vereação denota-se uma destabilização no ambiente da Banda, tendo como consequência a demissão do Maestro José da Silva Domingues da direcção, em 31 de Julho de 1934, depois de, por várias vezes, desautorizado e criticado, como se pode ler no jornal *Povo Algarvio*: “(...) tendo o Sr. José da Silva Domingues comunicado à Câmara que no dia 31 de Julho deixava de prestar serviços como Chefe da Banda Municipal foi incumbido interinamente desse cargo o Subchefe da referida Banda o Sr. Domingues Alves. A Câmara já pôs o dito lugar a concurso, conforme os anúncios publicados nos jornais (...)” (*Povo Algarvio*, Nº 12, 12/08/1934, ANO I, p. 1)

Para substituir o regente, foi nomeado o Maestro Gama Lobo de Eça, que foi aguardado com muita expectativa:

“(...) já foi nomeado um novo regente desta Banda. Entre os concorrentes a Câmara escolheu o Sr. Gama Lobo, residente em Lisboa, com os cursos de regência, composição e piano do conservatório (...) Pelas palavras trocadas com o Sr. Gama Lobo, ficou-nos a impressão que se escolheu uma individualidade com um grau de cultura bastante elevado na sua especialidade (...)” (*Povo Algarvio*, Nº 15, 2/09/1934, ANO I, p. 2)

Sabemos que o Maestro pede a exoneração do cargo vinte dias depois, só desconhecemos as suas razões. A 18 de Outubro do mesmo ano, o novo Chefe João Gualberto é nomeado por dois meses, não chegando a cumprir o seu contrato, levando a crer que, apesar das mudanças, a instabilidade entre a Banda e o executivo camarário

manteve-se até tomada de posse do novo executivo, chefiado pelo Tenente Jorge Filipe Ribeiro.

4.1.2 1935-1939: A CHEGADA DO MAESTRO HERCULANO ROCHA: O SUCESSO CHEGA FORA DE TAVIRA

É, assim, que a 8 de Janeiro de 1935 é empossado um novo maestro, chegado da Figueira da Foz, o Maestro Herculano Silvério da Rocha, um sargento-ajudante e subchefe de música numa banda militar, que se iria revelar um dos melhores regentes que passaram pela Banda, a sua contratação devia-se às boas referências que dispunha. Na primeira semana anuncia um espectáculo, que teve uma enorme adesão por parte dos Tavirenses como consta do jornal *Povo Algarvio*: “no passado Domingo tocou pela primeira vez a Banda, sob a regência do seu novo chefe. O desempenho artístico do Sr. Herculano Rocha, agradou sobremaneira tendo obtido muitos aplausos da assistência. O Jardim Público pela afluência de pessoal que se aglomerou em torno do coreto fez-nos recordar em 1925 quando a banda se fez ouvir pela primeira vez (...) A afluência enorme de gente nesta tarde gélida de Janeiro ao Jardim Público é, prova evidente de quanto a Banda Municipal está arreigada na alma popular (...) Mas a Banda Municipal como está vendo continua a manter a afeição do público e a simpatia da Câmara (...) O Sr. Herculano Rocha, seu actual regente, deu provas da subida competência (...) No programa, figurava também uma marcha da sua autoria que, afirma sobremaneira as suas belas qualidades de compositor. A Câmara acertou de facto desta vez, na escolha do novo chefe (...)”(*Povo Algarvio*, Nº 35, 20/01/1935, Ano I, p. 1)

Por esta época, a Banda tocava três vezes por semana (Domingos, 3º Feiras e 4º Feiras) no Jardim Público, como se pode verificar nos programas que eram publicados na imprensa da época. Neste período de crescimento, a CMT adquiriu cinquenta novas

peças clássicas e novos instrumentos, como se pode comprovar pela constante correspondência entre o município e a empresa de instrumentos musicais Custódio Cardoso Pereira, sediada em Lisboa (Cf. Arquivo Municipal de Tavira, CMT: Correspondência Geral Recebida, 1935, Pasta A). O sucesso da Banda dentro e fora do concelho é notório pelas inúmeras solicitações para a sua presença, quer fosse em festas ou em cerimónias oficiais (Arquivo Municipal de Tavira, Fundo da Câmara Municipal de Tavira, Correspondência Geral Recebida, 1935, Pasta), nos finais de 1935 a banda estava em expansão e era composta por 33 executantes (Arquivo Municipal de Tavira, CMT: Composição de Elementos da Banda Municipal de Tavira, 1935).

O número crescente e a qualidade dos seus executantes eram tão grandes ao ponto de nos meses seguintes a considerarem das melhores bandas civis do país, a que se junta o elogio recebido, aquando da sua deslocação a Beja com a Sociedade Orfeónica de Amadores de Música e Teatro de Tavira, também ela regida pelo Maestro Herculano Rocha (Cf. CHAGAS e HORTA, 2012: 59-60). Esta visita foi de tão grande repercussão para a Cultura Tavirense, que a CMT distingue a Banda e o seu maestro com o seguinte louvor: “Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Tavira, tendo sido informada pelo Sr. Chefe da sua Banda Municipal, da forma artística e comportamento irrepreensível, por que a mesma Banda se desempenhou, quando da recente excursão a Beja, manifesta por esta forma a sua congratulação por tal acontecimento, exarando um voto de louvor à referida Banda Municipal e em especial ao seu Chefe.” (Arquivo Municipal de Tavira, CMT: *Correspondência Geral Expedida*, 1936, Pasta A174)

O trabalho desenvolvido pelo Maestro Herculano Rocha demonstrava progressos muito notórios quando, em 22 de Janeiro de 1937, Isidoro Pires, o grande mentor da

Banda, voltou à presidência da CMT e renovou toda a confiança dada pelos antecessores. Os espectáculos no jardim continuavam com sucesso, a solicitação da Banda eram uma constante e os convites para as festividades eram inúmeros e cada vez mais, o que fez que nem todos pudessem ser aceites, dando-se o facto de, muitas vezes, os habituais concertos no Jardim Público serem cancelados (Arquivo Municipal de Tavira, CMT: Correspondência Geral Expedida, 1936).

4.1.3 DA ACADEMIA MUSICAL TAVIRENSE AOS FESTIVAIS DE BANDAS DA FNAT

A 5 de Setembro de 1939, Isidoro Pires abandona a presidência da CMT, cedendo o seu lugar ao Capitão-de-fragata Adolfo Trindade. A principal preocupação deste autarca era conseguir a estabilidade das contas públicas do município, o que teria que acarretar um substancial corte nas despesas da CMT, o que implicaria a Banda, sendo colocada a hipótese da sua extinção, ainda que não houvesse uma intenção formal nesse sentido.

Foi com estas directrizes em cima da mesa que na reunião do executivo municipal, em 14 de Setembro de 1939, é proposta a criação de uma comissão, “com o objectivo de apresentar um projecto e constituição de uma sociedade artística em que se pudessem integrar os indispensáveis elementos da presente Banda Municipal” de uma forma compatível com os recursos disponíveis na CMT e “tendo em vista promover a educação musical” dos Tavirenses (ARQUIVO MUNICIPAL DE TAVIRA, *Livro de Actas da CMT*, Sessões de 17/11/1938 a 20/09/1941, Sessão de 14/09/1939, Fls. 36). Esta comissão seria aprovada, sendo constituída pelos Vereadores José Raimundo Passos e António Vieira, pelos cidadãos José António de Jesus, João Francisco Leiria, Américo da Cunha Parreira Faria e Isidro José Leiria.

Durante os meses de trabalho desta comissão é criado o novo projecto da Banda, que passou a se denominar Academia Musical Tavirense²⁶, além disso passaria a dar aulas de música, assim como a criação de uma Orquestra a ela ligada, os estatutos seriam aprovados a 14 de Janeiro de 1940, tendo começado os ensaios a 10 de Março, o seu primeiro concerto ficou marcado para o dia 23 de Março do mesmo ano, no Teatro Popular, tendo como maestro Américo Ferreira dos Santos, natural de Tomar, onde residia.

A 25 de Janeiro de 1948, o jornal *Povo Algarvio*, anuncia que a Academia Musical Tavirense iria ser dissolvida a 31 Janeiro desse ano, devido aos encargos financeiros da mesma, levando à criação de uma nova Comissão Reorganizadora, que conseguiu manter a Banda mais uma vez, voltando ao seu dinamismo de outros tempos (*Povo Algarvio*, Nº 707, 25/01/1948, ANO XIV, p. 1).

Até aos anos 60/70, a Banda de Tavira como qualquer instituição, passou por altos e baixos, tornando-se uma força viva e representativa da cultura tavirense, mas, todavia, são poucas as notícias que documentam a vida desta associação durante estes anos. Verificamos que os concertos semanais se tornariam uma rotina e a sua participação nos acontecimentos locais eram uma constante e quase uma obrigação institucional. Aliás, os últimos anos da década de 60 pouco trouxeram de positivo para os agrupamentos filarmónicos do Algarve, as bandas que existiam nesta região foram-se limitando e perdendo novos executantes, sendo excepção Tavira e Loulé, que mantinham os projectos cada um com vinte executantes (Cf. CHAGAS e HORTA, 2012: 117).

²⁶A Academia Musical Tavirense seria financiada pela angariação de sócios, festas populares com receitas a favor do projecto e por subsídio anual da CMT, atribuído pela primeira vez em 1942 e com um valor anual de 4800\$00 (Cf. ARQUIVO MUNICIPAL DE TAVIRA, CMT: Relatório de Contas de Gerência, 1942).

Em Fevereiro de 1969, a FNAT quis reactivar o interesse pelas bandas civis no sul do país, realizando um concurso de bandas que abrangia os distritos de Faro, Beja, Setúbal, Évora, Lisboa, Santarém, Portalegre, Leiria e Castelo Branco²⁷. Neste concurso foi inscrita pelo Algarve a Banda da Sociedade Filarmónica Marçal Pacheco de Loulé a que se juntaram os melhores músicos da Banda de Tavira, tendo sido escolhido para a regência do projecto o tavirense Sebastião Leiria, que sempre foi um conceituado músico e maestro da região e destacada figura das artes em Tavira. Neste concurso a Banda não foi além de um modesto 4º Lugar, na 3ª Categoria (Cf. CHAGAS E HORTA, 2012: 118).

No seguimento deste concurso, a Delegação de Faro da FNAT convida a Banda, em 1973, para o Grande Festival de Bandas Civis realizado no Largo da Sé, em Faro, a 14 de Outubro. Neste concurso, onde doze bandas participam, esta classifica-se em 6º Lugar, alcançando assim os objectivos previstos.

Ao longo dos 48 anos de Ditadura a Banda seria uma presença constante na vida cultural tavirense, sobrevivendo a várias crises, tendo, nos seus momentos mais proeminentes, maestros de grande qualidade que formaram varias gerações de jovens músicos, mas, mais importante que isso, criou dinâmicas com o associativismo local que sem a sua contribuição não teriam o mesmo sucesso.

4.2 A ACTIVIDADE CULTURAL DAS "CASAS DO POVO"

As Casas do Povo foram juridicamente instituídas em Setembro de 1933, sendo desde logo definidas como “organismos de cooperação social, com personalidade jurídica” (*Diário do Governo*, D.L. Nº 23051, de 23/09/1933), e o seu potencial raio de

²⁷ Desde 1940 que a FNAT detinha oficialmente a orientação do associativismo cultural, recreativo e desportivo. (Cf. MELO, Daniel)

acção abrangia todas as freguesias rurais de Portugal e visava fins de previdência e assistência, instrução e progresso locais.

Nos domínios que aqui interessam (os da educação e cultura), as competências eram variadas e de largo alcance social, incumbindo às casas do povo o “ensino aos adultos e às crianças, desportos, diversões e cinema educativo”. Para o primeiro objectivo, recorria-se à “criação de pequenas bibliotecas e de escolas ou postos de ensino” para o último, o recurso utilizado era as sessões cinematográficas ou de outros espectáculos culturais afins, denunciando-se a obrigação de ser fixado o número das respectivas sessões, “para que não prejudiquem os dias normais de trabalho nem constituam, pela sua frequência, fonte de perturbação da economia doméstica dos associados”.

Para que não restasse dúvidas destas actividades visavam “formação de caracteres fortes de trabalhadores, activos e de cidadãos inteiramente votados ao serviço da Pátria” e no sentido de se prever alguns desvios dos valores do regime, as Casas do Povo não poderiam “utilizar a sua sede ou os seus meios de acção de qualquer espécie de actividade política ou social contrária aos interesses da Nação e à Constituição do Estado” (*Diário do Governo*, D.L. Nº 23051, de 23/09/1933).

Em 1938, foi autorizada a criação de Casas do Povo “em localidades que, não sendo freguesias rurais, reuniam todas as condições que tornem recomendável a existência daquelas instituições” (*Diário do Governo*, D.L. Nº 28859, de 18/07/1938). Com estas pretendia-se acautelar o alargamento desta estrutura corporativa aonde existisse um número importante de pessoas ligadas à actividade primária, legitimando, assim, uma prática que se tornaria comum, a da constituição de Casas do Povo em freguesias de vilas e cidades.

A primeira reorganização das Casas do Povo foi estabelecida em 1940, sendo transferida para estas entidades a cobertura da previdência do mundo rural, o objectivo central das Casas do Povo, absorvendo quase todos os seus recursos e preocupações em detrimento da intervenção cultural. Por outro lado, será também a partir desta disposição legislativa que o carácter exclusivo do associativismo oficial se afirmará mais expressamente, com efeito proíbe-se a criação e funcionamento “de outra organização da mesma índole ou de qualquer associação recreativa cuja acção contrarie ou embarace a da Casa do Povo local” (*Diário do Governo*, D.L. N° 30710, de 28/08/1940). Em suma, as Casas do Povo pretendiam consolidar quotidianamente a concepção corporativa do regime, integrando institucionalmente a fórmula de compromisso entre capital e trabalho, constituindo uma barreira à luta de classes.

No que se refere a estas instituições, a primeira Casa do Povo a surgir no concelho de Tavira foi na Freguesia da Luz de Tavira, em 1934, sob a acção do médico Arnaut Pombeiro, ribatejano que, pouco antes, fora colocado nesta freguesia como médico municipal, no entanto, nada conseguimos apurar da sua actividade cultural.

Pouco depois, surge uma Casa do Povo na freguesia da Conceição de Tavira sob o impulso de outro médico, Dr. Jaime Bento da Silva, natural de Tavira, a sua génese, em finais de 1934, dá-se após uma polémica extinção e fusão com o Clube Recreativo Conceiçanense, como se pode ver pelo ofício enviado pela CMT ao Governo Civil de Faro e ao Delegado do INTP (Instituto Nacional do Trabalho e Previdência): “venho informar V. Exa. que a antiga Direcção do Clube Recreativo Conceiçanense, a meu pedido, convocou os sócios do mesmo Clube para se reunirem no dia 22 do corrente, pelas 15H30, a fim de tratar do assunto da sede do mesmo Clube passar para Casa do Povo, como V. Exa. me ordenou. A hora a que está destinada a reunião, 15h30, é para

que o Exmo. Delegado do INTP possa comparecer na Conceição aproveitando a camioneta que de Faro sai às 14H00, podendo regressar às 18H30, pelo que venho rogar a V. Exa. se digne a obter a comparência do mesmo Exmo. Delegado, ali, a fim de expor o assunto com clareza e mostrar conveniência da extinção do Clube para que as leis sejam cumpridas, assuntos estes que só Sua Exa. os poderá tratar e explicar com elevação, pois, certamente, tudo o que há feito, como sejam o encerramento do dito Clube, foi por indicação do mesmo Exmo. Senhor. Informo mais que V. Exa. que, à hora da reunião também me encontro na Conceição para auxiliar em tudo o mesmo Exmo. Delegado do INTP. A Bem da Nação, O Vice-Presidente da CMT com funções políticas, José Augusto Correia” (ARQUIVO MUNICIPAL DE TAVIRA, Correspondência Geral Recebida 1934, Ofício da CMT para o Governador Civil do Distrito de Faro).

Não parece haver motivos para grandes dúvidas, o Delegado do INTP do Distrito de Faro mandou encerrar o Clube Recreativo Conceiçanense e solicitou ao Governador Civil que fizesse reunir os sócios do mesmo, em Assembleia Geral, a fim de discutir a passagem do mesmo para a Casa do Povo. Tal como atesta Melo, o regime recorreu a esta medida de suspender determinadas sociedades recreativas com a justificação de que algumas delas, ou todas, estavam a prejudicar a actividade corporativa rural (MELO, 2001: 371-372).

Em relação à sua actividade cultural, já foi referido no Capítulo II a organização de um Museu Rural nas suas instalações, mas temos de avançar até 1942 para ter uma primeira notícia sobre actividades culturais nesta entidade, com a realização de uma comédia, em 3 actos, intitulada “Dar corda para se enforcar” e realizada na festa comemorativa do 8º aniversário da Casa do Povo.

Em 1944, realizam-se obras na sua sede, devido ao espaço ser pequeno para a grande assistência aos bailes e espectáculos que a partir daí se começaram a organizar com muita regularidade no Verão, como se constata na imprensa da época. Com a aquisição do terreno junto à sede, foi construído uma esplanada com palco que se revelou de grande utilidade, após a sua inauguração em 29/06/1958 (Cf. *Povo Algarvio*, 13/07/1958, N° 1253, ANO XXV, p. 4).

Em 1948, quando chefiava a secretaria da Casa do Povo da Conceição de Tavira, José Joaquim Gonçalves começa a revelar uma certa actividade cultural mais consistente e regular, sobretudo no que toca ao teatro e ao folclore, conforme se pode constatar na entrevista ao jornal *Povo Algarvio*: "(...) a sua actividade recreativa vai desenvolver-se bastante com a organização de grupos cénicos e folclóricos que se possível, farão a sua exibição pública no próximo Verão (...)" (*Povo Algarvio*, 15/02/1948, N° 710, ANO XVI, p. 1)

Em 1972 surge aquele que será um projecto único e interessante no que se refere a actividades culturais associadas às Casas do Povo, a criação do Grupo de Teatro "O Pontão"²⁸, por António do Carmo e Humberto Simeão. Nesta altura, a própria Casa do Povo patrocinava o grupo teatral, apesar dos temas que António do Carmo seleccionava apontarem as injustiças sociais, ao mesmo tempo que convidava pessoas expulsas da Casa do Povo para entrar nas peças, uma afronta ao poder instalado em plena organização corporativa. Mesmo assim, este grupo chega a fazer itinerâncias pelo país, tal era o seu sucesso, através da organização da JCCP (Junta Central das Casas do Povo) (Cf. OLIVEIRA, 2006: 20-22).

²⁸ Este nome surge como homenagem a um pontão onde as pessoas se reuniam e conversavam sobre o estado da nação e a sua relação com o poder. (Cf. OLIVEIRA, 2006: 20-22)

No que se refere à Casa do Povo de Santo Estêvão, esta foi criada por alvará de 5 de Março de 1943, embora já existisse uma delegação da Casa do Povo da Luz de Tavira nesta localidade, como se pode ler na imprensa da época: “está de parabéns esta freguesia por ter desaparecido desta forma o estado deprimente de anexação que amesquinhava o brio que tem sido sempre timbre desta terra (...) A sua direcção foi entregue a pessoas que pelo seu passado dão a garantia da entrega ter caído em boas mãos (...)” (*Povo Algarvio*, 18/04/1943, N° 458, ANO IX, p. 3)

No mandato da direcção de 1946/48 toma posse, como escriturário, o Sr. Daniel Flor da Rosa, considerado um distinto guarda-livros e será nesse mandato que na Casa do Povo se realizará uma sessão de propaganda com uma conferência presidida pelo Dr. Joaquim Arnaut Pombeiro, presidente da Comissão Concelhia da UN, em que foram oradores o Sr. José Emídio Sotero, José Joaquim Gonçalves e o Professor Malaquias, cujo tema era o Estado Novo e a sua condição de fornecer melhorias ao país (Cf. *Povo Algarvio*, 2/07/1946, N° 621, ANO XII, p. 3).

Em 1949, a sede da Casa do Povo muda-se para melhores instalações, que dispunham de consultório médico, sala de espera, escritório, sala de sessões, arquivo, sala de jogos e jardim. Neste ano é adquirido um aparelho de rádio, que levava os habitantes desta freguesia a confraternizações ao som de música aos Domingos à tarde. Foi, também, organizada uma biblioteca com autores criteriosamente seleccionados, como pedia a lei e várias revistas, entre elas, o *Mensário das Casas do Povo*, que abordava o mundo rural, a educação, a cultura a conservação dos costumes, tradições e, ainda, a etnografia e o folclore. E, assim, a Casa do Povo de Santo Estêvão foi sendo cada vez mais um ponto de encontro do povo da freguesia, funcionando como pólo de cultura, convívio e diversão ao serviço do regime. (Cf. AFONSO, 2008: 118).

Por outro lado, em 1944, o Rancho Folclórico de Santo Estêvão é integrado na Casa do Povo²⁹ e torna-se na sua principal actividade cultural. Será logo nas festas de Verão promovidas nesse ano pela Comissão de Auxílio à Misericórdia de Tavira que se apresentou pela primeira vez ao público e foi um enorme sucesso como se pode ler no jornal *Povo Algarvio*: “(...) o número sensacional desta época foi o Rancho Regional de Santo Estêvão. Grupo numeroso formado por gentis meninas daquela Freguesia e respectivos pares. Elas vestidas de saia de baeta encarnada ornamentada a fita preta, blusa branca com leves enfeites de cores, e já se sabe, cada cordão de oiro que era um regalo, chapéu preto desabado na cabeça. Eram todas interessantes e mesmo bonitas a ver, algumas (...) causaram um sucesso com os seus números de dança marcados e contados. O maestro António Viegas Jr. merece todos os encómios que lhe queiram dar. Foi ele que arranjou a música ensaiou as vozes e fez as marcações, algumas delas complicadas. Por tudo, o Maestro Viegas Jr. teve as honras da noite (...)” (Cf. *Povo Algarvio*, 3/09/1944, N° 530, ANO XI, p. 2)

Em 1948, o Sr. Ventura Fernandes Marques, sob orientação e apoio desta Casa do Povo, integra o Rancho Folclórico de Santo Estêvão e logo recebe um convite da FNAT para o Rancho de Santo Estêvão ir representar o folclore do Algarve a Madrid, onde iria participar no “Concurso Internacional de Canciones y Danzas Populares”. Deste grupo foram seleccionados quatro pares que dançaram os “Quatro-cantinhos”, que obtiveram notável sucesso. Em 1957, a Casa do Algarve decidiu conferir ao ensaiador do Rancho, Sr. Ventura Fernandes Marques, e ao seu director, Sr. José dos

²⁹ O Rancho Folclórico de Santo Estêvão remonta a 1938 com o nome de Rancho das Camponesas de Santo Estêvão, em 1944 com a integração na Casa do Povo, passa a ser denominado como Rancho Regional de Santo Estêvão e Rancho Folclórico da Casa do Povo de S. Estêvão. Foi o terceiro grupo folclórico a ser fundado no Algarve, depois de Faro e Alte, tendo gravado três discos com a última denominação, o primeiro em 1959, na casa Valentim de Carvalho, em Lisboa e em 1965 mais dois, na Discoteca de Santo António, no Porto. (Cf. AFONSO, 2008: 189-212).

Santos Cavaco Jr., diplomas de menção honrosa pelos relevantes serviços prestados em prol do grupo e do folclore regional. Ao longo da sua história, as suas actuações repletas de êxito em todo o país e no estrangeiro, fazem dele a maior representação cultural da freguesia, ficando grande parte do seu historial ligado à Casa do Povo local.

Em Novembro de 1943, os médicos Dr. Arnaut Pombeiro e Dr. Jaime Bento da Silva, os quais encabeçavam a Comissão Concelhia da UN, deslocaram-se a esta a Santa Catarina da Fonte do Bispo para reunir com as elites locais, contando-se, entre eles, o Professor Manuel da Silva Brito Neto, daqui resultou a assinatura de um requerimento para a criação de uma Casa do Povo, nesta aldeia (Cf. *Povo Algarvio*, 28/11/1943, N° 490, ANO IX, p.1) o deferimento chega no final de Janeiro de 1944. (Cf. *Povo Algarvio*, 6/02/1944, N° 59, ANO X, p. 2)

Numa entrevista ao jornal *Povo Algarvio*, o Professor Manuel da Silva Brito Neto, faz certos "avisos à navegação", sobretudo ao associativismo recreativo local, numa certa semelhança do que aconteceu na freguesia da Conceição de Tavira: "(...) para terminar será oportuno lembrar que o Clube Recreativo de Santa Catarina deve ter a dirigi-lo uma direcção homogénea, cheia de prestígio e de autoridade, que colabore com a Casa do Povo de forma decisiva e absoluta para o engrandecimento local, não permitindo que meia dúzia de irrequietos o comprometam e o forcem a colocar-se dentro dum âmbito prejudicial e até perigoso, para o que muitos dos seus associados nada contribuam (...)" (Cf. *Povo Algarvio*, 6/02/1944, N° 500, ANO X, p. 2). O Rancho Folclórico de Santa Catarina da Fonte do Bispo, associado à Casa do Povo, seria criado em 1953, no entanto, nada conseguimos apurar da sua actividade (Cf. *Povo Algarvio*, 18/01/1953, N° 967, ANO XIX, p. 1, 4).

4.3 O ASSOCIATIVISMO CULTURAL E RECREATIVO

A actividade cultural desenvolvida pelo associativismo popular durante o Estado Novo permanece uma das áreas menos estudadas pela historiografia. A investigação é, desde logo, dificultada pelo facto da maior parte das associações não possuir um arquivo organizado (ou o mesmo ter sido destruído), ou algum órgão de imprensa próprio, além do facto de existir um fraco investimento em monografias que aprofundem este tema de estudo.

Apesar disso, a aposta em iniciativas como festas de carnaval ou populares, a actuação de bandas filarmónicas, espectáculos teatrais, bailes, concertos ou mesmo ensino artístico, eram algumas das actividades que podemos ver em pequenas passagens salientadas pela imprensa local. A intervenção do regime e do seu aparelho repressivo, neste campo, traduzia-se na censura e abolição de determinadas práticas culturais (Cf. MELO, 2001: 371) ou seja, o movimento associativo foi sempre abertamente apoiado pelo Estado Novo, enquanto concepção orgânica da sociedade civil, mas sempre que os mesmos respeitassem as normas dos limites da liberdade de expressão definidas pelo Estado Novo (Cf. MELO, 2001: 374).

No que se refere ao associativismo cultural e recreativo, verificamos a grande influência e destaque em Tavira de duas entidades, quer pela sua actividade regular e pública entre a população, quer pelo trabalho desenvolvido, são elas: o Clube Recreativo Tavirense e a Sociedade Orfeónica de Amadores de Música e Teatro.

Quanto ao Clube Recreativo Tavirense teve a sua fundação a 30 de Abril de 1923, enquanto fruto de um conjunto de vontades que tinha como finalidades principais a convivência, a recreação, o teatro e a música, de acordo com os seus estatutos,

enquanto a Sociedade Orfeónica de Amadores de Música e Teatro foi fundada em 14 de Fevereiro de 1930.

Será nos anos 30 que se começa a desenvolver o teatro musical, o Clube Recreativo Tavirense comandado pela grande figura da cultura da época, Manuel Virgínio Pires (poeta e jornalista), começa a ter papel preponderante no desenvolvimento desta actividade cultural. Eram da sua lavra a maior parte dos textos do teatro de revista durante este período, a qual se tornaria, além dos bailes populares, a actividade mais relevante das sociedades recreativas e que marcará a história deste Clube (Cf. HORTA, s.d.: 44).

Foi, em especial, a revista musical *Ponto e Vírgula*, do próprio Manuel Virgínio Pires e do Maestro Herculano Rocha, levada a palco pelo Grupo Cénico do Clube Recreativo Tavirense, que começou a dar prestígio a Tavira nesta actividade a nível regional. Esta estreou-se com assinalável êxito no Teatro Popular, em Tavira, nos dias 15 e 16 de Abril de 1936 e 29 de Dezembro de 1936, sendo tal o seu sucesso, a nível regional, que a mesma voltou a exhibir-se a 27 de Maio de 1936, no Teatro Alexandre Herculano, em Vila Real de Santo António e em 9 de Julho de 1939, no Cine-Teatro Faro. Esta revista musical foi considerada um dos maiores espectáculos produzidos e interpretados por alguns dos melhores amadores tavirenses (HORTA, s.d.: 44).

Após este sucesso o Clube Recreativo Tavirense continuou a apresentar diversas peças de revista musical com alguma regularidade, com destaque para a produção musical, novamente apenas com amadores, do êxito *Veja se Gosta*, com direcção musical de Júlio Correia. Ainda que nunca tivessem deixado de procurar os palcos, foi na década de 50 que se dá a grande explosão cultural a nível teatral em Tavira, em que

as duas associações recreativas entram em disputa na arte de representar, revelando na época um certo número de excelentes artistas amadores (Cf. CHAGAS, 2015: 113).

Entre diversas peças levadas à cena ficariam célebres o “Zé da Arcada”, original do Dr. Rocheta Cassiano e Virgínio Pires (1949), a revista “A Senhora Viu?” (1950), “Coisas do Arco da Velha” (1951), pelo Clube Recreativo Tavirense, enquanto que pela Sociedade Orfeónica de Amadores de Música e Teatro, *O Amor de Cigana* (1950), da autoria de Virgínio Pires e Dr. Rocheta Cassiano, com Eduardo Ramos no principal papel, teve várias sessões esgotadas no Teatro António Pinheiro (Tavira). Nestes eventos, por um lado, a Banda de Tavira dava a garantia de que haveria sempre a possibilidade dos seus músicos colaborarem nestes programas. A isto se juntava a participação do Maestro Herculano Rocha, que organizou um “orfeon” composto por 80 figuras ao mesmo tempo que colaborava na elaboração das músicas. Deve pôr-se em relevo que a sua saída de Tavira resultou numa menor produção teatral nesta cidade (Cf. HORTA, s.d.: 48).

Em 1953, o "Orfeon" e o seu Grupo Cénico surgem com um novo maestro a dirigir as suas actividades, encetando uma nova fase de enorme sucesso. O actor de tal feito seria Sebastião Leiria, primeiramente, com a peça *Rosas de Santa Maria* e mais tarde, com *Quando o Algarve Canta e Ri*, sendo que a última foi de carácter mais regional e nacional, exibindo-se em Tavira, Vila Real de Santo António, Évora, Reguengos de Monsaraz, Faro, Olhão, Ayamonte, Monte Gordo e Lisboa (Teatro Maria Vitória). Esta digressão levou o nome de Tavira a todas estas localidades, mas a deslocação a Reguengos de Monsaraz foi mais que isso, foi uma homenagem ao Maestro Herculano Rocha que foi viver para esta localidade depois da estadia em Tavira. A

revista era uma sucessão de quadros sobre o Algarve, tendo contado com a participação de cerca de uma centena de amadores.

O papel das associações recreativas foi importante na difusão da cultura em Tavira durante o Estado Novo, podendo ser vistos como focos de resistência à cultura oficial do regime, sobretudo nas freguesias fora do núcleo urbano, como é o caso da freguesia rural de Santa Catarina da Fonte do Bispo, onde o Clube Recreativo 1º de Janeiro, fundado em 1928, teve esse papel, realizando bailes para as famílias dos associados em dias festivos e récitas de teatro, tendo a mais importante e participada sido realizada no dia 15/03/1936, nas suas instalações (Cf. *Povo Algarvio*, 22/03/1936, Nº 95, ANO III, p. 2).

Em Cabanas de Tavira, o Clube Recreativo Cabanense, fundado em 1933, realizava os típicos bailes temáticos, mas também promovia o teatro amador, como se pode verificar pelas notícias do jornal *Povo Algarvio*. (Cf. *Povo Algarvio*, 22/12/1946, Nº 650, ANO XIII, p. 3).

Em Santa Luzia, o Clube Recreativo Santaluziense³⁰, fundado em 1932, foi sempre um dos mais importantes e dinâmicos clubes do concelho, promovendo as mais diversas actividades culturais, recreativas e desportivas, sendo que no que se refere às actividades culturais destacam-se a regularidade das récitas de teatro e dos bailes na sala principal da sua sede, sendo que a que mais destaque teve na imprensa local foi a “Opereta em I Acto”, levada à cena pelos sócios na sua sala própria e que “bastante agradou pois todos os intérpretes demonstraram a boa vontade que puseram na execução dos seus papéis” (*Povo Algarvio*, 22/03/1936, Nº 95, ANO II, p. 2). Na sua sede também se realizaram outras actividades de destaque como os bailes populares, como é

³⁰ Este clube passou a denominar-se, desde 1982, Clube Desporto e Recreio Santaluziense.

hábito em todas as entidades deste tipo, mas aqui com a particularidade, desta associação ter um conjunto de baile privativo. O cinema ambulante é outra das actividades que marcaram especialmente o Clube, marcando uma presença assídua nos anos 50 e 60 (RAINHA, 2005: 240-241).

Estas sociedades recreativas marcam, por completo, o associativismo cultural de Tavira, as suas sedes possuíam salões com pequenos palcos, pode-se mesmo dizer que aqui eram as "sedes" culturais do concelho, onde se juntavam o teatro com as palestras e a recreação também tinha lugar, ficando célebres os seus bailes temáticos regulares.

4.4 AS "GRANDIOSAS FESTAS DA MISERICÓRDIA DE TAVIRA": UM CARTAZ ÚNICO NA REGIÃO DO ALGARVE

A 3 de Julho de 1960 o jornal *Povo Algarvio* anunciava que no mês de Agosto a Santa Casa da Misericórdia de Tavira iria organizar as “Grandiosas Festas da Cidade de Tavira”, numa ideia lançada pelo seu provedor, José Emídio Fernandes Sotero, aprovada por unanimidade. A Santa Casa da Misericórdia não só se propunha realizar um “arraial vulgar, mas sim uma festa que esteja à altura dos pergaminhos desta velha e gloriosa cidade” e que a mesma funcionasse não só como forma de financiamento da entidade organizadora, mas também como “fulcro de atracção de milhares de forasteiros” (*Povo Algarvio*, 3/07/1960, Nº 1356, ANO XXVI, p. 1), este evento revelar-se-ia durante os anos da sua realização um cartaz único no Algarve, pela sua dimensão, pela sua duração e pela variedade do cartaz.

No primeiro ano de actividade da gestão de José Emídio Sotero (1959) e segundo as suas próprias palavras, a opção pela realização de um cortejo de oferendas em benefício da Santa Casa da Misericórdia de Tavira, tendo total apoio das forças vivas da cidade e da população em geral, foi a génese da ideia das Festas da

Misericórdia, sendo que outra das causas foi a lembrança das famosas festividades levadas a efeito na cidade nos anos de 1928-1932 (Cf. SOTERO, 2009: 123).

No prosseguimento da ideia da realização das Festas da Misericórdia, foi consultado o Presidente da CMT de então, Dr. Jorge Augusto Correia, que concordou com as festas e prometeu todo o apoio (Cf. SOTERO, 2009: 124), como se pode comprovar na declaração que o mesmo fez à imprensa: "(...) sob o aspecto geral, Tavira deixou perder a tradição das suas Festas da Cidade cheias de atractivos e beleza. (...) A Câmara tudo fará que esteja ao seu alcance para o bom êxito dessa iniciativa que honra o seu promotor a sua instituição e a sua cidade. Em presença de tão altos propósitos não poderia a Câmara deixar de colaborar em pleno (...)” (*Povo Algarvio*, 14/08/1960, Nº 1367, ANO XVII, p. 1, 3).

O local escolhido para realizar as festas foi entre o Jardim Público do Coreto, o Mercado Municipal e as suas ruas circundantes, em pleno centro da cidade e junto ao Rio Gilão, as datas escolhidas o final de Agosto e o início de Setembro, ou seja, ficou assente que as festividades tivessem duas semanas de duração, mas ao longo desse tempo, somente com quatro dias de programação e de bilheteira. O dia de abertura das festas destinar-se-ia à serenata no Gilão e ao cortejo de barcos alegóricos iluminados. Os outros dois dias de festa, intermédios, um ficariam para o folclore e o outro para diversões no palco com canções e variedades. E o quarto dia destinar-se-ia à Batalha de Flores Nocturna, para fecho de todas as festividades³¹.

³¹A Batalha de Flores nocturna caracterizava-se pela apresentação de carros alegóricos confeccionados pelas sociedades recreativas, por particulares e pela comissão que, durante o ano, caprichosamente o idealizavam, as serenatas sempre mereceram a maior atenção e apreço por parte do público, segundo o Sr. José Emídio Sotero. Os barcos alegóricos e a gôndola que percorria o Rio Gilão junto ao local das festas, que a bordo conduzia os cantores e que faziam parte deste programa. Ao longo de seis anos da sua realização, trouxeram para actuar notáveis cantores nacionais, entre eles: Dr. José Afonso, Armando Guerreiro e Guilherme Kjolner

Por seu lado, a animação no recinto tinha instalado expositores demonstrativos de diversas actividades regionais, tornando o ambiente mais atractivo. No recinto das palmeiras, ao fundo do jardim, situava-se o palco onde actuavam as orquestras que animavam os bailes, os ranchos folclóricos e os artistas da rádio e televisão, onde podemos destacar a presença de nomes da música nacional como Amália Rodrigues ou Luís Guilherme. Um dos eventos mais marcantes foi o concurso para decidir a “Canção de Tavira”, com a música do reconhecido maestro e compositor lisbonense, Frederico Valério e letra do poeta tavirense, Manuel Virgínio Pires, a cantora de rádio e televisão, Maria Clara foi a vencedora, saindo a música depois em formato de vinil.

A primeira edição das “Festas de Tavira” foi um sucesso (Cf. *Povo Algarvio*, 18/09/1960, N° 1367, ANO XXVII, p. 1-2) o que fez com que estas se fossem repetindo todos os anos cada vez com mais público, transformando-se, além de um grande evento cultural, num grande evento turístico, com muitos milhares de visitantes de fora do concelho e muitos estrangeiros que, por esta época, descobriam outro Algarve turístico (Cf. *Povo Algarvio*, 3/09/1961, N° 1365, ANO XXVII, p. 1, 2).

Sem dúvida que “as Festas de Tavira marcaram a sua presença no cartaz das grandes festas portuguesas” (*Povo Algarvio*, 2/09/1962, N° 1471, ANO XXIX, p. 1), fazendo dele um cartaz único na região algarvia e o grande evento da vida cultural tavirense durante o Estado Novo, mas que, por motivos desconhecidos, se foi desvanecendo até se deixarem de realizar com o fim do regime³²

(tenores do S. Carlos), Luís Piçarra (tenor); Joaquim Rogério (tenor tavirense), e Estudantes de Coimbra (Cf. SOTERO, 2009: 128-129)

³²O Provedor da Misericórdia de Tavira responsável deixa bem claro quem foram as principais personalidades que colaboraram na organização e as suas funções nas “Festas de Tavira”, eram eles os seguintes: Dr. Jorge Augusto Correia (Presidente da CMT), Tenente do Exército, António Amaro Serrano, Eng. Osvaldo Baptista Bagarrão e o Eng. José Filipe Ribeiro (delinearam todo o

*A ACTIVIDADE CULTURAL EM TAVIRA DURANTE O ESTADO NOVO: “POLÍTICA DO ESPÍRITO”, PROGRAMA
MUSEOLÓGICO E ASSOCIATIVISMO*
MIGUEL ALEXANDRE PERES DOS SANTOS

programa das majestosas iluminações), Sebastião do Livramento Páscoa (confeção dos carros alegóricos e outras curiosidades), Morais Carneiro (vários anos autor da estampa que figurou na capa do programa), José Rodrigues da Horta (idealizou os carros alegóricos em representação da Sociedade Orfeónica e de alguns das comissões de festas), Arquitecto Pedro Mestre (Projectos dos carros alegóricos e modo prático da sua confeção), Joaquim Luis e José Pinto (zeladores da CMT nas bilheteiras) (Cf. SOTERO; 2009: 131-132).

CONCLUSÃO

Ao longo desta investigação tentou-se comprovar três ideias essenciais, em primeiro lugar, em Tavira existiu uma promoção e imposição de uma “Política do Espírito” cultural de modelo nacionalista, ruralista e tradicionalista, em segundo lugar, a importância cultural das Casas do Povo, sobretudo no que toca à promoção cultural do folclore e, em terceiro e último lugar, a existência de um movimento associativo dinâmico com alguns projectos de interesse e alguma relevância regional.

No primeiro capítulo fez-se uma análise da estratégia propagandística e cultural do Estado Novo a nível local, o que permitiu verificar a instrumentalização cultural através, primeiramente, de um órgão de imprensa local, o jornal *Povo Algarvio* que, ao longo das quatro décadas da vigência do regime, usou as suas páginas para partilhar as suas ideias e a sua visão cultural nacionalista e regionalista.

No que respeita à “Política do Espírito” é possível verificar que foram usadas, sobretudo nas freguesias mais rurais do concelho (Luz de Tavira, Santa Catarina da Fonte do Bispo e Cachopo), inúmeras actividades do SPN/SNI, como o “Teatro do Povo” ou as sessões de cinema ambulante com o objectivo de impregnação de uma concepção cultural sobre a identidade nacional e uma consciência mistificada e metafórica da Nação e da História, que avançava em direcção à implementação de uma coesão moral e ética.

O ponto alto da “Política do Espírito” foi a comemoração do “Duplo Centenário” ao qual a autarquia Tavirense se associou, esta passou por intervenções no seu património histórico destinadas a embelezar os vestígios do passado e propiciar acessibilidades e protagonismo cultural e turístico ao Centro Histórico, sendo que, também, convém referir a Biblioteca e o Museu. As obras no Centro Histórico serviram de palco a grandes actos de propaganda e de nacionalismo exacerbado, por exemplo, cortejos ou romagens a sítios associados às figuras da história local ou a monumentos

evocativos de antigas efemérides, onde Tavira homenageou e consagrou, publicamente, os heróis da Conquista Cristã.

No segundo capítulo analisou-se o Museu Municipal de Tavira e os poucos programas expositivos, neste foi possível demonstrar que foram inseridos no contexto mais genérico da produção ideológica, ou seja, a autarquia ao idealizar este Museu Municipal faz dele um emissor do discurso oficial do Governo, recolhendo alguns dos conceitos fundamentais da sua mensagem historicista e nacionalista. Ao mesmo tempo, nos primeiros anos da década de 40, na freguesia da Conceição de Tavira surge outro espaço museológico, o Museu Rural instalado na Casa do Povo local que mantinha uma linha permanente de exposição das memórias locais e nacionais, de raiz etnográfica mas, também, ruralista, ao bom gosto da política cultural nacionalista. Além das exposições patentes nestes museus verificaram-se mais duas mostras dedicadas à Arte Sacra, em 1950 e 1970, onde a componente turística do espaço museológico não se esgota nos objectivos da propaganda política e ideológica.

No terceiro capítulo tentou-se verificar os contornos culturais do aparelho corporativo do Estado, nomeadamente as Casas do Povo, cuja actividade cultural era, a maior parte das vezes, limitada ao folclore e o caso particular da Conceição de Tavira onde existia, também, um Grupo Cénico, além disso, a realização de festas e bailes populares. No caso da Conceição é interessante verificar a extinção do Clube Recreativo Conceiçanense e a sua fusão com a Casa do Povo, no caso de Santa Catarina da Fonte do Bispo tem de se nomear os “avisos à navegação” dados pelos dirigentes da Casa do Povo local à actividade recreativa, isto comprova a tentativa de hegemonização e controlo cultural do Estado nas freguesias rurais. Por outro lado, comprova-se, neste mesmo capítulo, que o associativismo local foi o espaço por excelência de afirmação de sensibilidades culturais da população nos seus mais variados extractos, através da

aposta em diversas iniciativas: festas de carnaval ou populares, a actuação e formação de bandas filarmónicas, espectáculos teatrais, bailes, concertos ou, mesmo, ensino artístico, estas eram as principais actividades desenvolvidas. Ao mesmo tempo, a formação da Banda de Tavira, do Clube Recreativo Tavirense, da Sociedade Orfeónica de Amadores aliadas à Santa Casa da Misericórdia, foram as entidades que colaboravam entre si, muitas vezes, criando uma dinâmica talvez única e que proporcionou projectos de destaque regional e nacional, sobretudo no teatro musical e nas grandes festividades, como é o caso das “Grandiosas Festas da Misericórdia de Tavira”.

Concluindo, se, por um lado, verificamos nos primeiros anos do regime a tentativa da criação de um política cultural oficial, de cariz nacionalista, regionalista, tradicionalista e ruralista, traduzida na estratégia do SPN/SNI, é verdade que se constatou ao longo dos anos, sobretudo a partir dos anos 50, que o associativismo do concelho cria dinâmicas e projectos de relevo a nível do teatro, da música e das grandes festividades, sendo que nestas últimas existia uma componente turística e cultural que não se reduz aos objectivos de propaganda política e ideológica.

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO

Câmara Municipal de Tavira - Arquivo Municipal de Tavira

1 - Actas da Câmara Municipal de Tavira

- 26/11/1927 a 21/07/1933

- 28/07/1933 a 10/11/1938

- 17/11/1938 a 20/09/1941

- 6/10/1941 a 6/10/1944

- 21/07/1947 A 20/01/1950

- 5/07/1955 a 5/07/1957

- 22/07/1957 a 20/03/1959

- 6/04/1959 a 6/06/1960

- 6/06/1960 a 22/08/1961

- 24/10/1961 a 7/01/1963

- 20/10/1965 a 6/12/1966

- 6/12/1966 a 20/03/1968

- 3/04/1968 a 2/07/1969

- 2/07/1969 a 5/08/1970

- 5/08/1970 a 22/12/1971

- 22/12/1971 a 23/12/1973

- 23/12/1973 a 4/06/1975

2 - Correspondência Geral Recebida

Pasta A267 – 1937

Pasta A268 – 1938

Pasta A269 – 1939

Pasta A270 – 1940

Pasta A271 – 1941

Pasta A272 – 1942

Pasta A273 – 1943

Pasta A274 – 1944

Pasta A275 – 1945

Pasta A276 – 1946

Pasta A277 – 1947

Pasta A278 – 1948

Pasta A279 – 1949

Pasta A280 – 1950

Pasta A281 – 1951

Pasta A282 – 1952

Pasta A283 – 1953

Pasta A284 – 1954

Pasta A285 – 1955

Pasta A286 – 1956

Pasta A287 – 1957

Pasta A288 – 1958

Pasta A289 – 1959

Pasta A290 – 1960

Pasta A291 – 1961

Pasta A292 – 1962

Pasta A293 – 1963

Pasta A294 – 1964

Pasta A295 – 1965

Pasta A296 – 1966

Pasta A297 – 1967

Pasta A298 – 1968

Pasta A299 – 1969

Pasta A300 – 1970

Pasta A301 – 1971

Pasta A302 – 1972

Pasta A303 – 1973

Pasta A304 – 1974

3 - Correspondência Geral Expedida

Pasta A175 – 1937

Pasta A176 – 1938

Pasta A178 – 1939

Pasta A179 – 1940

Pasta A180 – 1941

Pasta A181 – 1942

Pasta A182 – 1943

Pasta A183 – 1944

Pasta A184 – 1945

Pasta A185 – 1946

Pasta A186 – 1947

Pasta A187 – 1948

Pasta A188 – 1949

Pasta A189 – 1950

Pasta A190 – 1951

Pasta A191 – 1952

Pasta A192 – 1953

Pasta A193 – 1954

Pasta A194 – 1955

Pasta A195 – 1956

Pasta A196 – 1957

Pasta A197 – 1958

Pasta A198 – 1959

Pasta A199 – 1960

Pasta A200 – 1961

Pasta A201 – 1962

Pasta A202 – 1963

Pasta A203 – 1964

Pasta A204 – 1965

Pasta A205 – 1966

Pasta A206 – 1967

Pasta A207 – 1968

Pasta A208 – 1969

Pasta A209 – 1970

Pasta A210 – 1971

Pasta A211 – 1972

Pasta A212 – 1973

Pasta A213 – 1974

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Diário do Governo (1933-1974)

Povo Algarvio (1933-1974)

O Tavira (1973-1974)

LEGISLAÇÃO

Constituição da República Portuguesa de 1933

BIBLIOGRAFIA GERAL

AFONSO, Maria do Rosário Brás Cavaco F. (2008); *Monografia da Freguesia de Santo Estêvão de Tavira*, Tavira, Edição da Câmara Municipal de Tavira / Junta de Freguesia de Santo Estêvão.

ANICA, Arnaldo Casimiro (2005); *Monografia da Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo: Da Sua Criação à Actualidade*, Tavira, Edição da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo.

ANICA, Arnaldo Casimiro (2008); *Monografia da Freguesia da Conceição de Tavira: Da Sua Criação à Actualidade*, Tavira, Edição da Junta de Freguesia da Conceição de Tavira.

ANICA, Arnaldo Casimiro (2011); *Monografia da Freguesia de Cabanas de Tavira: Da Sua Criação à Actualidade*, Tavira, Edição da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira.

MATTOSO, José (1994); *História de Portugal: O Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa.

MEDINA, João (1992); *História de Portugal: O Estado Novo I*, Amadora, Clube Internacional do Livro.

MESQUITA, José Carlos Vilhena Mesquita (1989), *História da Imprensa do Algarve – II*, Faro, Edição da Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

ACCIAIUOLI, Margarida (2013); *António Ferro – A Vertigem da Palavra – Retórica, Política e Propaganda No Estado Novo*, Lisboa, Editorial Bizâncio.

ACCIAIUOLI, Margarida (1998); *Exposições do Estado Novo 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte.

ANICA, Arnaldo Casimiro (1993); *Tavira e o seu termo – Memorando histórico*, Tavira, Edição da Câmara Municipal de Tavira.

ANICA, Arnaldo Casimiro (2001); *Tavira e o seu termo – Memorando histórico (Volume II)*, Tavira, Edição da Câmara Municipal de Tavira.

CAMPOS, Maria José (2005); *Cachopo e a Sua História: Apontamentos Monográficos (1500-2005)*, Tavira, Edição de Autor.

CARTAXO, Joana e LOPES, Marco (s. d.); “Tavira no Século XX: A cidade e o ambiente sociocultural”, in *Tavira: Vila antiga, cidade renovada*, Tavira, Edição da Câmara Municipal de Tavira.

CATROGA, Fernando (1996); “Ritualizações da História”, in *História da História de Portugal: Séc. XIX-XX*, Lisboa, Circulo de Leitores.

CHAGAS, Ofir e HORTA, Luís de Melo (2012); *Banda Musical de Tavira: Álbum de Recordações*, Tavira, Edição da Banda Musical de Tavira.

CHAGAS, Ofir (2004); *Tavira – Memórias de uma cidade*, Tavira, Edição de Autor.

CHAGAS, Ofir (2015); *História de Tavira: Estado Novo – Democracia (II Volume)*, Tavira, Edição de Autor.

CRUZ, Manuel Braga da (1986); *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

CRUZ, Manuel Braga da (1998); *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença.

FAUSTINO, Carla (1999); “O Algarve da Ditadura Militar à consolidação do Estado Novo (1926-1940)”, in *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias*, Lisboa, Edições Colibri.

FERREIRA, Maria Isabel de Jesus Dias (2006); *Comemorações em Aveiro no Estado Novo: 1940-1962*, Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses, Aveiro, Universidade de Aveiro.

FERRO, António (1932), “Política do Espírito, Diário de Notícias, 21/11/1932”, in *Entrevistas a Salazar*, Lisboa, A. M. Pereira Livraria Editora.

FERRO, António (2007); *Entrevistas a Salazar*, Lisboa, A. M. Pereira Livraria Editora.

FRANÇA, José-Augusto (1997); *(In)Definições de Cultura*, Lisboa, Editorial Presença.

GAGO, Sérgio (2009); *Guia das Associações Culturais, Desportivas e Sociais do Município de Tavira*, Tavira, Edição da Câmara Municipal de Tavira.

GRILO, Márcia Luísa Nunes Pereira (2009); *História e ideologia no Estado Novo – A revisão integralista do passado nacional*, Dissertação de Licenciatura em Património Cultural, Faro, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

HORTA, Luís M. (s. d.); *Tavira: Dos recantos da memória – Crónicas, Factos e Figurantes*, Tavira, Edição de Autor.

JERÓNIMO, Rui Moura (2010); “Charolas, a invenção de uma tradição”, in *Cidade e Mundos Rurais: Tavira e as Sociedades Agrárias*, Tavira, Edição da Câmara Municipal de Tavira.

LOPES, Marco António Gonçalves (2005); *O ambiente museológico em Tavira no Estado Novo: Memória, Propaganda e Turismo*, Dissertação de Mestrado em Museologia, Évora, Departamento de História da Universidade de Évora.

MARREIROS, Glória Maria (2000); *Quem é Quem? – 200 Algarvios do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri.

MATEUS, Liliana Guerreiro (2005); “A vida cultural algarvia pelo periódico Correio do Sul (1920-1981)”, Dissertação de Licenciatura em Património Cultural, Faro, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

MELO, Daniel (2001); *Salazarismo e Cultura Popular*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

MONTEIRO, Nuno G. e PINTO, António Costa (2000); “Mitos Culturais e Identidade Nacional Portuguesa”, in *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Edições Sequitur.

OLIVEIRA, Ana Cristina (2006); *Meio Século de Teatro no Algarve: Uma viagem pelo teatro de 1960 a 2006*, Lisboa, Livros Horizonte.

PAULO, Heloísa (1994); *Estado Novo e Propaganda em Portugal e Brasil: O SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva.

PAULO, Heloísa (1994); *Vida e Arte do Povo Português: Uma Visão da Sociedade Segundo a Propaganda do Estado Novo*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

QUEIROZ, Jorge (2008); “Tavira na transição do Milénio: As novas funções do mar”, in *Tavira: Patrimónios do Mar*, Tavira, Edição da Câmara Municipal de Tavira.

QUEIROZ, Jorge (2010); “Imaginários e construção social das festividades”, in *Cidades e Mundos Rurais: Tavira e as Sociedades Agrárias*, Tavira, Edição da Câmara Municipal de Tavira.

REBELO, José (1998); *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, Lisboa, Livros e Leituras.

REIS, António (2007); *Retrato de Portugal: Factos e Acontecimentos*, Rio de Mouro, Temas e Debates.

ROSAS, Fernando (s.d.); “O Estado Novo nos Anos 30”, in *História de Portugal: O Estado Novo*, Volume 2, Lisboa, Editorial Presença.

ROSAS, Fernando (2007); “Prefácio: Um Chefe, Um Regime, Um Povo”, in *Entrevistas a Salazar*, Lisboa, A. M. Pereira Editora.

SALAZAR, António Oliveira (1967); *Discursos e Notas Políticas – Volume VI*, Coimbra, Coimbra Editora.

SALVÉ-RAINHA, Rui Simão Pereira (2005); *Santa Luzia: De Lugarejo a Vila Com Brasão (1705-2005)*, Tavira, Edição de Autor.

SALVÉ-RAINHA, Rui Simão Pereira (2007); *Clube Recreio e Desporto Santaluziense: A Maturidade de um Clube com História*, Tavira, Edição de Autor.

SALVÉ-RAINHA, Rui Simão Pereira e LOPES, Délio Luís da Conceição (2013); *Procissões, Romarias e Tradições de Tavira*, Tavira, Edição de Autor.

SANTOS, Maria de Lourdes Luna dos (2003); *As Políticas Culturais em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (1992); *Portugal e o Estado Novo (1939-1960)*, Lisboa, Editorial Presença.

SILVA, Augusto Santos (1991); *Tempos Cruzados: Um estudo interpretativo da cultura popular*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa.

SOUSA, Nilza Maria Lopes da Silva e (2011); *O Património Como Recurso Ideológico, Cultural e Turístico: Belém Como Espaço Cultural de Identidade e Memória*, Dissertação de

*A ACTIVIDADE CULTURAL EM TAVIRA DURANTE O ESTADO NOVO: “POLÍTICA DO ESPÍRITO”, PROGRAMA
MUSEOLÓGICO E ASSOCIATIVISMO*

MIGUEL ALEXANDRE PERES DOS SANTOS

Mestrado em Antropologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e
Políticas/Universidade Técnica de Lisboa.

SOTERO, José (2009); *Miscelânea Histórica: Tavira no Século XX*, Tavira, Edição de Autor.

TEIXEIRA, Marcelo (2012); *História(s) do Estado Novo: As Palavras – Os Factos*, Lisboa,
Edições Parsifal.

TELO, António José (1997); “Portugal 1958-1974: Sociedade em Mudança”, in *História de
Portugal: Estado Novo II*, Amadora, Clube Internacional do Livro.

TORGAL, Luís Reis e HOMEM, Amadeu Carvalho (1989); *Ideologia Salazarista, Cultura
Popular e Consciência Histórica – As Bibliotecas das Casas do Povo*, Coimbra, Livraria
Minerva.

VILAÇA, Alberto (2003); *Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo:
Actividades Culturais e Outras*, Porto, Campo das Letras.

ANEXOS

ANEXO I

INFORMAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DAS COMEMORAÇÕES DO “DUPLO CENTENÁRIO” À CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA

Fonte: Arquivo Municipal de Tavira, *CMT: Correspondência Geral Recebida*, 1939,

24/05/1939, Pasta A269

COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS



Telefone 5 0165

Avenida da Liberdade, 226



Circular n.º

Exm.ª, Senhor Presidente da Câmara Municipal de

T a v i r a .

Exm.ª, Senhor:

Vai Portugal festejar os Centenários da sua Fundação e Restauração. Para organização e realização das festas do ano aureo da nossa nacionalidade foi nomeada a Comissão a que tenho a honra de presidir.

Estes factos não constituem novidade para V. Ex.ª, - se os enuncio faço-o unicamente para frisar a transcendencia dos acontecimentos históricos que se comemoram em 1940, a solenidade de que devem revestir-se as festas comemorativas e o sentido de unidade que orientou a confecção do programa geral das comemorações e que constituiu a grande preocupação desta Comissão.

No plano geral das realizações a levar a efeito no proximo ano consideram-se as manifestações na Provincia e, nestas, prevêem-se as romagens aos logares históricos directamente relacionados com a fundação e com a restauração e ainda as grandes festas nas sédes das várias provincias. Estas ultimas devem constituir no seu conjunto a grande festa da provincia portugêsa, a sua contribuição para a grande festa da nacionalidade, tão clara e entusiasticamente delineada na sua nota officiosa pelo Senhor Presidente do Conselho.

Todos os esforços, todos os entusiasmos e todos os recursos dos elementos constitutivos de cada provincia creio eu deverem conjugar-se e concorrer para a maior grandeza e elevação das festas planeadas, pois a todos os distritos, concelhos e freguezias será dada a possibilidade de se fazerem representar na

industrias populares, a instalação de um museu etnográfico, exibição de grupos folclóricos etc. que nos seus variados aspectos comportam uma representação completa dos elementos mais característicos de todos os concelhos.

Facilitando a concentração das várias representações está em organização um plano desenvolvido de facilidades de transportes, que permita também a deslocação, em condições favoráveis, das populações concelhias à sede da sua Província, acompanhando os seus elementos representativos.

Estas festas pelo seu significado e pela sua importância extraordinária excedem, em custo, os recursos de que dispõe a Comissão Executiva dos Centenários. A sua comparticipação nas despesas de realização terá a forma de simples subsídio, devendo os encargos gerais ser suportados pelas províncias.

Em todas as sedes da província foram organizadas Comissões delegadas da Comissão Executiva dos Centenários que têm a seu cargo a organização dos programas provinciais e a sua execução.

Nada poderão estas Comissões resolver nem realizar sem o apoio e o concurso dos restantes municípios. É neste sentido que a minha solicitação é dirigida a V. Ex^a.

As Comissões provinciais têm como grandes encargos a instalação das exposições e a concentração dos elementos que nelas devem figurar.

Esperam elas que os vários municípios tomem a seu cargo pelo menos as despesas respeitantes à deslocação, instalação e manutenção dos elementos representativos de cada um ou fixem uma contribuição pecuniária equivalente a tais despesas.

Esperam elas ainda, para tornar possível o seu concurso, certamente prejudicado se se dispersarem recursos em outras festas ou na maior pompa das festas tradicionais, que os municípios abandonem quaisquer projectos nesse sentido em beneficio das grandes festas de cuja organização receberam a incumbencia.

É natural que brevemente se realize na Sêde da Provincia, se è que se não realizou já, uma reunião conjunta da respectiva Comissão de Festas e dos representantes de todos os municípios e ouso esperar de V.Exa. que a ela não faltará com a visão clara da importancia das resoluções que deverão ser tomadas.

Nesta espectactiva tenho a honra de solicitar a V.Exa. se digne comunicar-me urgentemente se o municipio a que tão dignamente preside está na disposição de dar à grande festa da sua provincia a colaboração que d'ele è legitimo esperar.

Como informação-necessaria à coordenação das varias festas que vão realizar-se solicito mais de V.Exa. se digne esclarecer-me sobre os seguintes pontos:

- 1º - Existem nesse concelho industrias organizadas para o tratamento ou exploração de produtos proprios da região, tais como minas, fabricas de tecidos, de conservas, de cortiça etc. ? -Quais as empresas industriais e a sua importancia como valores economicos da região ?
- 2º - Quais as industrias populares caracteristicas desse concelho ?
- 3º - Existem nesse concelho qiasquer grupos artisticos de caracter popular devidamente organizados, tais como ranchos, bandas, orfeões ou corais ? Quais?
- 4º - Tem esse concelho assegurada ligação normal com a Sêde da sua Provincia ? Que meio de transporte assegura essa ligação ? Se è o caminho de ferro a que distancia fica ele da Sêde desse concelho ? Ha carreiras regulares de camionetes que assegurem a ligação entre esse concelho e o caminho de ferro, entre esse concelho e as suas varias localidades e entre ele e o resto do país ? Quais são ? Quais as empresas exploradoras ?

Agradecido antecipadamente a rápida resposta de
V.Ex.a. peço ao digno aceitar os protestos da minha maior consi-
deração.

A Bem da Nação.

Lisboa Comissão Executiva dos Conton'rios, 8 de Maio
de 1989.

peço Presidente da Comissão Executiva

Henrique Lourenço de Lima

ANEXO II

OFÍCIO A SOLICITAR À CMT A CEDÊNCIA DA BANDEIRA DO CONCELHO
DE TAVIRA, PARA FIGURAR NA EXPOSIÇÃO HISTÓRICA DO MUNDO
PORTUGUÊS

Fonte: Arquivo Municipal de Tavira, *CMT: Correspondência Geral Recebida*, 1940,
23/01/1940, Pasta A270



Lisboa, Belem, 12 de Janeiro de 1940

RECEBIDA
23 JAN. 1940
A

Exposição Histórica do Mundo Português

Comissário Geral

Exm^o. Sar. PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE

S. de ENGENHARIA

TAVIRA

Serie de 1940

N^o 2631

P^o 265-B

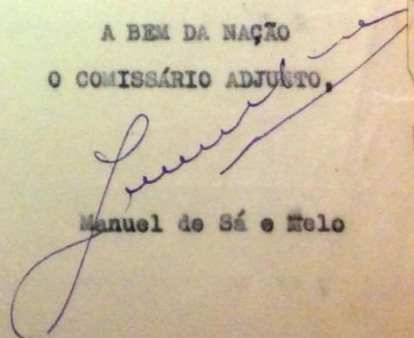
Por officios n^{os}. 1404 de 31/8/939, e 1907 de 24/10/
solicitou este Comissariado de V.Ex^a. no sentido de lhe
ser facultada a bandeira desse Concelho, a fim de figurar
na Exposição do Mundo Português.

Como até à data não tenha V.Ex^a. respondido ao pedi-
do, venho novamente instar por uma resposta favoravel e
urgente.

Agradecendo a boa atenção de V.Ex^a. sobre o assunto,
apresento-lhe os meus melhores cumprimentos.

S-216
26-12-1940

A BEM DA NAÇÃO
O COMISSÁRIO ADJUNTO,


Manuel de Sá e Melo

Lisboa - Praça do Império - Telefones ~ 81856 e 81857

ANEXO III

**OFÍCIO A AGARDECER À CMT A CEDÊNCIA DA BANDEIRA DO CONCELHO
DE TAVIRA PARA FIGURAR NA EXPOSIÇÃO HISTÓRICA DO MUNDO
PORTUGUÊS**

Fonte: Arquivo Municipal de Tavira, *CMT: Correspondência Geral Recebida*, 1940,

19/06/1940, Pasta A270

M/J



ENTRADA

EXPOSIÇÃO HISTÓRICA DO MUNDO PORTUGUÊS

LISBOA: PRAÇA DO IMPÉRIO

1940

TELEFONES: 81856 · 81857

S. de ENGENHARIA

Lisboa, Belem, 15 de Junho de 1940

Serie de 1940

Nº 4096

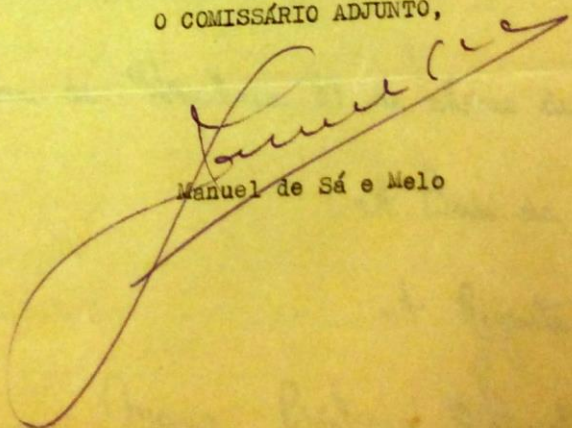
Pº 285-B

Exmº. Snr. PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE

T A V I R A

Acusando a recepção do officio Nº 1009, de 13 do corrente, cumpre-me apresentar a V.Exª. os meus melhores agradecimentos pela cedencia da bandeira desse Municipio, a qual já foi aqui recebida sendo restituída finda que seja a Exposição do Mundo Português.

A BEM DA NAÇÃO
O COMISSÁRIO ADJUNTO,


Manuel de Sá e Melo

ANEXO IV

ELENCO DA REVISTA *PONTO E VÍRGULA*, LEVADA À CENA PELO CLUBE

RECREATIVO TAVIRENSE EM 1939

Fonte: Arquivo da Família Andrade



ANEXO IV

GRANDIOSAS FESTAS DA MISERICÓRDIA DE TAVIRA (ANOS 60)

Fonte: Arquivo da Família Andrade

